

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE  
INTERVENÇÃO NO APOIO SOCIOEDUCATIVO EM  
MEIO ABERTO.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Nathalia Grams**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

# **ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO NO APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO.**

**Nathalia Grams**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social**.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosane Janczura**

Santa Maria, RS, Brasil  
2015

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Serviço Social  
Curso de Serviço Social**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO NO APOIO  
SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO**

elaborado por  
**Nathalia Grams**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Serviço Social.**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Rosane Janczura, Dr<sup>a</sup>.**  
(Presidente/Orientadora)

**Sheila Kocourek, Dr<sup>a</sup>.**  
(UFSM)

Santa Maria, 01 de dezembro de 2015.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Liége Hartmann, que sempre me apoiou e me deu forças para conquistar meus ideais, enfrentando comigo quaisquer dificuldades que apareceram. E ao meu pai, Marcos Luis Grams, que me auxiliou em todos os momentos na construção desse trabalho, como no decorrer de minha vida acadêmica, me incentivando a almejar mais e conquistar demais realizações.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à meus pais Liége e Marcos que me estimularam, encorajaram e apoiaram em cada momento da minha vida, sempre torcendo por mim e não deixando nunca que eu desistisse de meus ideais e minhas metas.

Aos meus familiares, que por muitas vezes distantes mandaram energias positivas e confiaram nas minhas escolhas.

Aos meus amigos de Novo Hamburgo, que me deram o suporte necessário para me manter focada na minha decisão de estudar na UFSM, em Santa Maria, sempre me confortando a cada retorno meu para visitas, mesmo que isso tenha acarretado em saudades e afastamentos.

Aos amigos e colegas de Santa Maria, que constituíram minha família Santa-mariense, que torcem em todo momento por mim, me inseriram em suas vidas, apoiaram a cada dificuldade e prestaram solidariedade, tendo muita paciência. Em especial aos colegas da 2ª Turma de Serviço Social da UFSM, que construíram uma longa trajetória com união, dedicação e coleguismo em todos os momentos.

Agradeço ao Matheus que soube entender minhas ansiedades e nervosismos com paciência, relevando meus momentos de estresse e emprestando seu notebook para a redação do Trabalho de Conclusão de Curso, além de suporte emocional e momentos de descontração e alegrias.

Um enorme agradecimento a Assistente Social Kellen Oliveira, minha supervisora de campo, pois foi fundamental em minha formação e um exemplo de profissional ética e ativa na profissão, agradeço pela confiança em minha inserção na instituição, pelo apoio, ensinamentos, pelos esclarecimentos durante todo o ano e cuidado com que me encaminhou e orientou nesse processo de aprendizagem profissional.

Também não poderia deixar de citar e agradecer imensamente as professoras educadoras que coordenam e aplicam o projeto Asema, Daniele e Denise, que de braços abertos aceitaram minha proposta de intervenção e me auxiliaram a cada momento, me incentivando, me possibilitando maior visão de realidade e promovendo que todo esse processo de estágio tivesse.

Agradeço a todos os professores do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria, que de alguma maneira contribuíram com seus ensinamentos auxiliando na minha trajetória acadêmica, em especial à Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sheila Kocourek que faz parte desde o início da construção da graduação e mostrando o serviço social em diversas áreas profissionais. Agradeço

por ter aceitando prontamente fazer parte da minha banca, agregando conhecimentos nesse processo tão importante andamento e efetividade.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Janczura que trouxe os ensinamentos teórico-práticos, me conduzindo a relacioná-los, que contribuiu em minha trajetória acadêmica em suas aulas e núcleo de pesquisa, trabalhando sobre criança e adolescente, estando sempre ativa e agregando em minha vida profissional e pessoal.

E não poderia deixar de prestar meu enorme agradecimento aos meus maiores apoiadores, aqueles que concretizaram meu projeto de intervenção, as crianças do projeto Asema. Me desafiando a buscar novos conhecimentos, a enxergar a realidade exposta pelas metamorfoses da questão social e sempre zelar pelo acesso e alcance de direitos, bem como da proteção e prevenção social através do fortalecimento de vínculos.

**MUITO OBRIGADO A TODAS E TODOS QUE FIZERAM PARTE DESSA CONQUISTA!**

## **RESUMO**

Trabalho de conclusão de Curso  
Departamento de Serviço Social  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO NO APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO**

**AUTORA: NATHALIA GRAMS**

**ORIENTADORA: PROF. Dra. ROSANE JANCZURA**

Data e local da defesa: Santa Maria, 01 de dezembro de 2015.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo relatar e analisar criticamente uma experiência de intervenção no Apoio Socioeducativo em Meio Aberto — Asema, na Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita, na cidade de Santa Maria, RS, realizado entre 2014 e 2015, como parte do estágio profissional. O público trabalhado é composto por crianças com idade entre 06 a 10 anos, usuárias do Asema. Para o desenvolvimento das ações junto ao público-alvo, foram utilizados instrumentos clássicos da atuação profissional do assistente social, como a visita domiciliar, reuniões, observação, registro e análise de diários de campo e trabalhos em grupos através de rodas de conversa, com base na técnica de grupo operativo. As atividades desenvolvidas foram relatadas e agrupadas, abordando as observações, visitas domiciliares e entrevistas realizadas durante esse processo. Para subsidiar a análise, procedeu-se extensa revisão bibliográfica, perpassando pela consolidação da Política Nacional de Assistência Social e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Concluiu-se que atividades de intervenção com crianças tendo o foco no fortalecimento de vínculos junto a um acompanhamento familiar, funcionam como ponto crucial para a proteção, promoção e acesso aos direitos sociais.

**Palavras-chaves:** Assistência Social. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Apoio Socioeducativo em Meio Aberto. Grupo Operativo.

## **ABSTRACT**

### **ANALYSIS OF AN INTERVENTION IN SUPPORT OF A SOCIOASSISTENCIAL HALF OPEN EXPERIENCE**

This Term Paper of course work Conclusion aims to report and critically analyze an intervention experience in support Socio-educational in Half Open – Asema, in the Charity Home of Mirian and Mother Celita in the city of Santa Maria, RS, conducted between 2014 and 2015, as part of the internship. Has, as a methodology, the perception of the role of the social worker in Operational Group, with children 06-10 years through the use of professional tools, such as home visits, meetings, observation, field diaries analysis and group work with the conversation circles system. To support the analysis, it proceeded to an extensive literature review, passing by the consolidation of the National Policy of Social Welfare and the Classification of social assistance services. For the analysis, the activities have been reported and grouped by addressing the observations and interviews with professionals inserted in the institution, family and the children studied, using in each item, the dialectical interaction with the theory worked. It was concluded that the intervention and other activities that seek the promotion and access to social rights and family support, work as a crucial point for child protection and strengthen ties.

**Keywords:** Social Assistance. Classification of social assistance services. Socioassistencial half open experience. Operative Groups.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	10
<b>CAPÍTULO I - FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL</b>	13
1.1 A institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira	13
1.2 Política Nacional de Assistência Social	17
1.3 Tipificação dos Serviços Socioassistenciais para crianças e adolescentes de 06-15 anos	30
<b>CAPÍTULO II – APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO</b>	35
2.1 Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita	35
2.2 A proposta político-pedagógica do Projeto Asema	41
2.3 Aproximando a política da prática do Assistente Social	45
<b>CONCLUSÕES</b>	60
<b>REFERENCIAS</b>	61

## INTRODUÇÃO

Ao longo de todo o processo e trajetória da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, observam-se avanços e retrocessos, os quais tiveram como resultado seu reconhecimento enquanto campo de atuação. No entanto, a consolidação da PNAS precisa ser compreendida junto com as tensões e inovações institucionais que a acompanharam, no diálogo com a sociedade brasileira. Juntamente com isso, é importante destacar os documentos que a sustentam, em especial a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b)<sup>1</sup> que trouxeram aos profissionais serviços estabelecidos na proteção social, sendo um deles o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A prática do assistente social está estritamente ligada com a questão social e suas manifestações. É assim que atua e transforma a realidade em seu objeto de intervenção, buscando a proteção social do usuário e a garantia de seus direitos. Especialmente no caso do trabalho com crianças e adolescentes e seus direitos, é necessária a promoção e viabilização dos mesmos. Para isso, é muito importante o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, que propiciam esses cuidados, especialmente para aqueles que convivem com situações de vulnerabilidade social em seu cotidiano.

O projeto Asema — Apoio Socioeducativo em Meio Aberto, é um espaço que visa a proteção de crianças, especialmente próximo a localidades vulneráveis do município, onde a instituição se localiza. Tornando necessário e oportuno dispor do fortalecimento de vínculos com essas crianças. Para isso, uma das formas de atuação, são grupos que busquem dialogar e fazer atividades que envolvam questões do cotidiano das crianças.

O presente trabalho de conclusão de curso faz parte do requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social. Como objetivo principal, tem-se relatar e analisar criticamente uma experiência de intervenção no apoio socioeducativo em meio aberto, na Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita, na cidade de Santa Maria, RS. As atividades e experiências que sustentam a análise foram desenvolvidas como parte das exigências para o cumprimento das disciplinas Estágio Serviço Social I e II, durante o

---

<sup>1</sup> Posteriormente modificada também pela RESOLUÇÃO CNAS Nº 13, DE 13 DE MAIO DE 2014, a qual inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

segundo semestre do ano de 2014 e o primeiro semestre do ano de 2015. O público-sujeito da ação foi um grupo de crianças, de 6 a 10 anos de idade, inscritas no Projeto Asema, no turno matutino.

Metodologicamente, o presente trabalho tem, como pano de fundo, a percepção de que a atuação do assistente social implica, necessariamente, uma aproximação ao cotidiano dos grupos usuários, em interação dialética no sentido de garantir-lhes amplo acesso ao Sistema de Garantia de Direitos. Para tanto, as ações realizadas foram pautadas no vínculo entre o profissional e o grupo de sujeitos e na garantia de centralidade aos sujeitos participantes. Neste caso, o grande desafio foi, justamente, dar voz aos sujeitos.

Como instrumentos principais, foram utilizadas a observação participante, a visita domiciliar à família dos sujeitos atendidos, reuniões com pais/responsáveis dos sujeitos atendidos, reuniões com a equipe gestora e outros profissionais da instituição, e, especialmente, o diário de campo. Neste, foram registrados, além das impressões pessoais em cada um dos momentos de atuação, também as diversas e distintas dinâmicas utilizadas no diálogo com o grupo de crianças atendidas, especialmente para a dinamização das Rodas de Conversa, que sustentaram a técnica de grupo operativo.

Por outro lado, para subsidiar a análise, procedeu-se extensa revisão bibliográfica, especialmente organizada ao longo da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, realizada no primeiro semestre deste ano de 2015. Por fim, procedeu-se à análise dos dados registrados à luz da teoria trabalhada, procurando evidenciar as possibilidades de aproximação entre a prática do assistente social e as políticas públicas a ela relacionadas, especialmente no âmbito da proteção à criança e o adolescente.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três momentos que seguem a esta introdução: no primeiro capítulo, será apresentada uma revisão bibliográfica de como se deu a institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira, perpassando por sua trajetória até a Política Nacional de Assistência Social com foco na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

O segundo capítulo, irá apresentar a Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita, trazendo a inserção do assistente social na instituição e suas formas de trabalho, em especial o Apoio Socioeducativo em Meio Aberto. Após trará o relato de experiência obtida no trabalho desenvolvido no Asema e sua contextualização teórico- prática. As atividades

foram então reunidas em três grupos: reunião com os pais ou responsáveis; realização de atividades com as crianças envolvidas no projeto; e, visitas domiciliares realizadas às famílias das crianças envolvidas no projeto. Para objetivar e circunstanciar a análise, foi usada a estratégia de destacar, em cada atividade, uma dimensão ou um conceito fundamental para a aproximação entre a política e a prática do profissional assistente social que é a reflexão que fecha o capítulo.

Por fim, são expostas as observações conclusivas relativas à experiência realizada, demonstrando a importância da realização deste trabalho, tanto profissional quanto pessoalmente.

## **CAPÍTULO I - FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO FORMA DE INTERVENÇÃO JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL**

Esse capítulo procura demonstrar como se deu a construção da Política Pública de Assistência Social em nosso país, com base nos mais importantes documentos da área, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social. Primeiramente, será demonstrada a trajetória da assistência social dentro da proteção social e suas mudanças, procurando compreender sua institucionalização. Após, serão descritos e discutidos os avanços obtidos com a implantação desses documentos, suas garantias e o acesso a essa política. Por fim, a discussão tem como foco o documento elaborado pelo Conselho Nacional de Assistência Social sobre a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

### **1.1- A institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira**

Analisando a dinâmica da Assistência Social e sua trajetória, observam-se avanços e retrocessos, os quais trouxeram a institucionalidade do Sistema Único de Assistência Social, ou seja, o seu reconhecimento enquanto política nacional de assistência social. Esta, por sua vez, precisa ser compreendida junto com as tensões e inovações institucionais apontadas especialmente a partir da sua configuração jurídico-política, tendo o Estado como aparelho político de todas as decisões, voltado à pluralidade dos diferentes interesses.

O processo de consolidação da Assistência Social, no Brasil, foi perpassado de avanços e tensões, inovações e conservadorismos, os quais segundo Couto et al.(2012) apontam para o reconhecimento de direitos e trazem para a sociedade questões sobre a pobreza e desigualdade social. Assim, essa política social transforma-se em campo de participação política. Contudo, conforme salienta o autor, “a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e o impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social” (p. 56) que se expressam nas diversas dinâmicas de implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Desde o surgimento das medidas públicas de proteção social<sup>2</sup> no Brasil, há uma estratificação do acesso a serviços e do público alvo, onde o atendimento das demandas se restringe à posição ocupacional no qual determinado trabalhador está incluído. Assim, vivencia-se, neste âmbito, um sistema de proteção social de benefícios restritivos. Uma vez que grande parte da população, trabalhadores autônomos desempregados, não obtinham acesso aos serviços e benefícios no sistema de proteção público, estas camadas ficavam sujeitas a ações de caráter filantrópico e religioso.

Para melhor compreender o sentido histórico dessa discussão, lembramos que embora em 1923, com a Lei Eloi Chaves, tenha sido criada uma legislação precursora de um sistema protetivo na esfera pública, com as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs)<sup>3</sup>, é a partir de 1930 que a questão social é vista como importante e por isso aprofunda-se a reestruturação das políticas sociais no Brasil em busca da superação. Nesta década são criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), fundados na lógica do seguro social.

É neste período que se situam também uma série de conquistas sociais importantes, especialmente junto aos trabalhadores, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT 1943), o Salário Mínimo, a valorização da saúde do trabalhador e outras medidas de cunho social, embora com caráter controlador e paternalista, onde o Estado objetivava manter a estabilidade, administrando a questão social, buscando diminuir desigualdades e garantir alguns direitos sociais. (YAZBEK, 2010, p. 11)

Mais tarde, já durante as décadas de 1960 e 1970, ocorreram avanços significativos no sentido da expansão e modernização do sistema de proteção social do país. Neste aspecto, merece destaque uma diferenciação significativa ocorrida na transição entre os anos 1960 e 1970 na relação entre o Estado e o cidadão brasileiro. Assim, os anos 1960 destacaram-se por promover avanços organizativos da sociedade civil, através do fortalecimento dos movimentos sociais. Segundo Yazbek, (2010):

---

<sup>2</sup>Jaccoud (2009) diferencia a proteção social e as políticas sociais, sendo estas definidas como: Parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população (JACCOUD, 2009, p.60)

<sup>3</sup> Tratava-se de um sistema contributivo entre empregados e empregadores por empresas, estendido de forma gradual, em conformidade com as categorias profissionais mais expressivas politicamente e estratégicas economicamente (BRASIL,1994)

Esses movimentos sociais demonstram um nível de consciência e capacidade de organização em comunidades eclesiais de base (CEBs), sindicatos, organizações profissionais liberais, meios universitários, Igreja e imprensa. Expressam-se em greves, reivindicações coletivas, movimentos contra a carestia, movimento por eleição direta para a Presidência da República, pelo respeito a direitos humanos, entre vários outros. (p. 15).

Consolidou-se, neste movimento, um modelo de participação social nas decisões do Estado o qual, no entanto, foi interrompido com o advento do Golpe Militar, de abril de 1964. Com o início do governo militar, a assistência social passou a ser compreendida como uma forte auxiliar para a desmobilização social. Autores como Boulos (2006) caracterizam essa ação, como limitando à expansão dos programas de Desenvolvimento da Comunidade, ou, ainda, na ação de eliminação da resistência cultural que pudesse, de alguma forma, representar obstáculos ao crescimento econômico e as próprias políticas públicas propostas pelos militares.

Neste período foi dado foco às grandes obras de crescimento da infraestrutura, dentro da ótica modernizadora da época, e que também marcaram o que é chamado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social, “consolidado a partir de três pontos: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e perspectiva de ruptura” (BOULOS, 2006, p.32). Destacam-se, neste sentido, alguns documentos que organizaram a percepção que a assistência social vinha desenvolvendo em relação ao estado brasileiro, dentre eles, o I Seminário de Teorização do Serviço Social, em Minas Gerais (Araxá), realizado de 19 a 26 de março de 1967<sup>4</sup>; e o Documento de Teresópolis, focado na Metodologia do Serviço Social e realizado em 1970, ambos posteriormente publicados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)<sup>5</sup>.

No entanto, o “milagre econômico” promovido pela ditadura militar, provocou, na prática, um afastamento dos cidadãos em relação às decisões do estado brasileiro, especialmente no campo político, com a implementação de leis que impediam a livre associação sindical e a existência dos movimentos sociais.

Na década dos anos 1980, já era possível identificar os contornos de um amplo projeto de reforma de cunho nacional, democrático, possibilitando que a Política de Assistência Social alcançasse viabilidade de estruturar-se enquanto Política Social no campo da Seguridade Social brasileira, consagrada no texto constitucional de 1988. Portanto, segundo

---

<sup>4</sup> CBISS. Teorização do Serviço Social: Documento de Araxá, Teresópolis e Sumaré. In. Revista Debates Sociais, nº4, RJ. Agir Editora, 1968.

<sup>5</sup> CBISS. Metodologia do Serviço Social. In. Revista Debates Sociais, Suplemento nº5, RJ. Agir Editora, 1976.

Andrade (2010 p. 28), efetivar a Assistência Social enquanto direito de Proteção Social requer a redefinição e a superação dos padrões subalternos em que se assentaram historicamente as práticas ligadas a esta política, tais como a assistencialismo, caridade e sua ação individualizada.

Não se pode esquecer, no entanto, que esse caráter assistencialista, que se incorporou na prática profissional do assistente social, se deve ao histórico da profissão. Configurando-se no Brasil de maneira oposta aos direitos sociais, esteve ligada a atividade voluntarista carregada por uma forte carga moralista de patrimonialismo, clientelismo e das diversas expressões da cultura do favor. Além disso, no Brasil o surgimento da profissão de Serviço Social, anteriormente a década de 1930, buscava efetuar o controle sobre as pessoas, sob a influência de Igreja Católica e com caráter elitista, trazendo valores de ajuda ao próximo e da filantropia.

Neste sentido, Couto et al. (2012) trazem que as mediações estabelecidas pelas ações da Assistência Social se caracterizavam pela dinâmica da triagem, das classificações, das demarcações dos necessitados, não das necessidades, de forma que carregava consigo o olhar do favor, do clientelismo e apadrinhamento, configurando uma área de intervenção do Estado por meio de um padrão de relações enraizadas historicamente na política pública brasileira, como uma “não política” e vista como secundária e marginalizada no campo das políticas públicas. (p. 55)

Assim, Cerqueira (1982) cita que a assistência se constituiu de paradigma laico-religioso fundamentada na ajuda e solidariedade, e, somente a partir de 1930, o Estado estabeleceu uma combinação de regulação do capital-trabalho e ações assistenciais, através de subvenções, convênios e acordos com as instituições assistenciais. Nesse contexto, as problemáticas apreendidas até então como fenômeno social, passaram a ser vista como questão social, constituída por “conjunto de problemas políticos sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso de constituição da sociedade capitalista” (CERQUEIRA, 1982, p. 21).

A assistência social como campo de ação governamental pode ser percebida conforme duas ações inaugurais: a primeira em 1937 com a criação do CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social; e, a segunda, na década de 1940 do século XX, com a criação da Legião Brasileira de Assistência, a LBA.



A partir de 1977, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a assistência social, então na condição de fundação pública, vinculou-se ao sistema de proteção social sem, contudo, definir a unidade da política de assistência social no novo SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.

## 1.2 Política Nacional de Assistência Social

A Política de Assistência Social no Brasil ganha novo estatuto com a Constituição Federal de 1988, passando a ser “política pública, compondo o campo da Seguridade Social<sup>6</sup>, de responsabilidade do Estado e direito do cidadão, de caráter democrático, com gestão descentralizada e participativa.” (FONTENELE, 2007, p. 154)

Este novo modelo traz novas bases para o atual Sistema de Proteção Social brasileiro, com o reconhecimento de direitos sociais das classes subalternizadas na sociedade, trazendo a ampliação do campo da proteção social e dos direitos sociais, ou como afirmou Sposati (2009):

[...]ao afiançar direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, essa Constituição operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda pública um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual.

De forma mais ampla, a Política de Assistência Social é inscrita na Constituição Federal de 1988 pelos artigos 203 e 204, tendo como principais regulamentos a idéia de aproximação aos tradicionalmente excluídos, de modo a garantir “proteção e amparo a crianças e adolescentes, bem como a idosos e a família” (BRASIL, 2003, p. 130). Ao mesmo tempo, o documento legal define que esta mesma população deve ter “o poder de participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.” (op. cit, p.131)

Segundo Ávila (1990), a Constituição Federal de 1988 trouxe avanços aos direitos sociais: ampliação e extensão dos direitos sociais; universalização do acesso, expansão da cobertura; certo afrouxamento do vínculo contributivo; concepção de seguridade social como

---

<sup>6</sup> Em seu artigo 194 (Constituição Federal 1988), a Seguridade Social define-se como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, À previdência e à assistência social”.

forma mais abrangente de proteção; recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; princípio da responsabilidade do Estado, da esfera pública no atendimento dos direitos para desgosto do conservadorismo da época.

Como não havia uma proposta nacional, capaz de garantir as mudanças estabelecidas pela Constituição, inúmeras experiências municipais, estaduais e federais saíram dos propósitos e ideais da Política Nacional de Assistência Social. No entanto, dentre as principais propostas, aparece a ideia da assistência social como uma política pública universal de modo que “a proteção social não contributiva na condição de direito foi, antes de tudo, uma proposta de grande mudança no padrão civilizatório da proteção social pública no país” (BRASIL, 2005a p.82).

No entanto, mesmo com a promulgação da nova constituição federal, caminhando em sentido contrário à proposta e aos avanços, a criação do Ministério do Bem Estar Social em 1989 não validou nem a condição de assistência social como política pública, nem como integrante da Seguridade Social. Pelo contrário, fortaleceu o antigo modelo da Lei Brasileira de Assistência enquanto a presença da gestão patrimonial e baixa valorização dos programas já experimentados de proteção básica, inclusão produtiva, entre outros tantos.

Da Constituição Federal de 1988 até a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foram cinco anos de lutas, de vetos e cortes na lei, enfim, uma longa peregrinação processual de embates políticos. Em 1993 é homologada a LOAS. Em 1994, é criado o Conselho Nacional de Assistência Social que foi regulamentado em 1995, ano em que foi realizada a primeira Conferência Nacional e, somente em 1996, foi implantado o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Neste contexto, como a garantir um certo “fio condutor” para as ações da assistência social, destaca-se a importância da criação da LOAS, a qual

[...] preconiza que a gestão da política e a organização das ações devem ser articuladas em um sistema descentralizado e participativo organizado nos três níveis de gestão governamental. Assim, a regulamentação da assistência social a define como competência das três esferas de governo e, por sua vez, a sua implementação torna-se tarefa explicitamente compartilhada entre os entes federados autônomos. (BRASIL, 2005, p. 09)

Dentre os aspectos que impactaram na configuração da política de assistência social está o modelo econômico adotado pelo estado brasileiro. Nesse sentido, verifica-se que a década de 1990 é marcada por acontecimentos que alteraram significativamente o modelo econômico, político e social do Brasil, entre eles, o processo de globalização que ao ser

internalizado incidiu de maneira decisiva na sociedade e principalmente na parcela de menor renda da população, através de alterações profundas nas relações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Segundo Costa (1994), o país ao ingressar no processo de globalização o fez com baixos investimentos tecnológicos, desaceleração da economia como mecanismos de freio aos processos inflacionários e com a preocupação do governo em ajustar a economia para saldar a dívida externa e cobrir os déficits na balança. Com a Constituição de 1988, esperava-se que, como dito acima, trouxesse grandes avanços no campo dos direitos sociais, mas esse plano não se efetivou de forma ampla devido ao conservadorismo da época.

Nos anos de 1990, devido a uma crise no cenário brasileiro, temos uma tensão entre o modelo neoliberal e os movimentos históricos que buscavam construir uma sociedade baseada em direitos. Assim, é notável a configuração de um novo perfil para a questão social brasileira, particularmente pelo que Fadul (2014), identifica como a vulnerabilização do trabalho e a falta de garantias e proteções sociais, juntamente com as ações focalizadas produzidas pela filantropia. Essa soma de fatores descaracterizavam direitos, despolitizavam conflitos sociais e desmontavam a universalidade das políticas sociais públicas. Segundo o autor, há uma crise dos modelos de proteção social, que gera um debate intenso sobre o papel do Estado, da sociedade e da família na proteção social e no desenvolvimento social.

Para isso é importante assinalar que, na visão de proteção social inscrita na Constituição Federal de 1988, segundo Jaccoud:

[...] a questão social não se define como a questão da pobreza e sim como a questão dos direitos. A cidadania, referenciada aos direitos e deveres, está ancorada na noção de igualdade. Por isto mesmo, existe uma profunda contradição em uma ordem econômica que reproduz a miséria e uma ordem política que afirma a igualdade entre cidadãos (JACCOUD, 2009, p. 66).

Couto et al. (2012) também se manifestam alegando que nesses anos onde as desigualdades e exclusões estavam evidentes, fez-se necessário a luta dos profissionais, para adequações da assistência social como política de seguridade, através de movimentos da categoria profissional. Assim:

Movimento que não se faz sem resistências, encontradas, sobretudo na articulação permanente de fóruns de assistência social em todo o país, revelando capilaridade e expressão política no controle social no encaminhamento de uma agenda que assegure direção social que se contraponha a hegemonia neoliberal. (COUTO ET AL., 2012, p. 59)

Um dos resultados destes movimentos foi, justamente, a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em dezembro de 1993, iniciando o processo de construção da gestão pública e participativa da assistência social através dos conselhos deliberativos e paritários nos âmbitos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como da realização das conferências municipais, estaduais e nacional de assistência social.

Porém, a implementação da LOAS não aconteceu de forma linear, uma vez que enfrentou grandes resistências dos governantes, sobretudo no período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). As medidas neoliberais adotadas por este governo diminuíram com possibilidade de estruturação de um sistema de proteção social público no Brasil, em detrimento de uma medida de adoção do Programa Comunidade Solidária. A lógica do programa acarretou uma fragilidade da possibilidade de implementação dos padrões de gestão estabelecidos na LOAS, de forma que:

Em 1990, a primeira redação da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social apresentada pela Câmara Federal com o auxílio da Comissão Técnica do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, foi vetada. Neste momento, os municípios já se articulavam na busca de seu novo protagonismo na assistência social, através da Frente Social dos Estados e Municípios, da Associação Nacional dos Empregados da Legião Brasileira de Assistência – ANASSELBA, dos órgãos da categoria dos assistentes sociais como Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, sindicatos, Organizações Não-Governamentais – ONG's e movimentos sociais. (BRASIL, 2005, p. 09)

Como resultado desta tensão que resultou em uma forma específica de proposição e implementação da legislação, autores como Andrade (2011) consideram que embora os os preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, e pela aprovação da LOAS em 1993, tenham colaborado para o avanço do aspecto jurídico formal da política de Assistência Social, estas apresentam importantes debilidades, sobretudo, por separar o público-alvo de sua intervenção (crianças, velhos, mulheres etc.) e por mudar os reais objetivos de uma política que deve se pautar por seu caráter desmercadorizante e a busca pela universalidade no acesso aos direitos e serviços sociais.

Nesse sentido, em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, que tinha como tema “comemorando aos 10 anos da LOAS”, foram estabelecidas novas bases e diretrizes para esta política na perspectiva de um Sistema Único. Até esse momento, podiam ser verificados, além da LOAS, três documentos incisivamente importantes no período de 1997- 2003 que seriam imprescindíveis para a construção do Sistema Único, sendo estes: o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 1998 e as Normas Operacionais Básicas – NOB/97 e NOB/98.

A Política Nacional de Assistência Social, promulgada em 2004, explicita e torna claras diretrizes de efetivação da assistência social como direito a cidadania e responsabilidade do Estado, trazendo à tona as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais conforme o preconizado pela LOAS e nas Normas Operacionais (NOBs). Ela situa a Assistência Social como Proteção Social não contributiva, apontando para ações direcionadas para proteger os usuários contra riscos sociais e para atender as necessidades individuais e sociais. Dessa forma, seguiu seu processo de construção e normatização do Sistema Único de Assistência Social, que foi aprovado em 2005<sup>7</sup>.

Reafirmando a necessidade de articulação com outras políticas e indicando que as ações públicas devem ser integradas e múltiplas no enfrentamento da questão social, a Política Nacional de Assistência Social têm como objetivos promover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção básica e especial para as famílias, indivíduos e grupos que necessitem contribuir com a inclusão e equidade dos usuários a fim de ampliar o acesso a bens e serviços e assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária, bem como, seu fortalecimento (BRASIL, 2005a, p. 27).

Couto et al. (2012, p. 60) afirmam que a implantação do SUAS e da PNAS tem liberado em todo o território nacional forças políticas que disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve oferecer, a partir das mudanças e evoluções propostas na organização e lógica de gestão e controle das ações na área.

Contudo, é importante dar relevância para alguns aspectos abordados na Política Nacional de Assistência Social, em que aborda dimensões que farão essa política funcionar de forma mais ampla e eficaz. Uma delas é a intersetorialidade, que deve expressar a articulação entre as políticas públicas, através de ações conjuntas destinadas a proteção social a ao enfrentamento das desigualdades sociais.

---

<sup>7</sup>Foi aprovada em julho de 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social por meio da NOB n 130. O SUAS, tem um modelo de gestão que é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (BRASIL, 2004, p 41.)

Couto et al. (2012, p. 62) citam que a intersetorialidade supõe também “a articulação entre sujeitos que atuam em áreas que, partindo de suas especificidades e experiências particulares, possam criar propostas e estratégias conjuntas de intervenção pública para enfrentar problemas complexos”. Insoja (2001) concorda com esse pensamento, quando fala que a intersetorialidade implica em uma mudança de paradigma sobre como abordar a realidade, na elaboração de projetos transformadores, no planejamento e avaliação participativa, com base regional e na atuação em rede de compromisso social.

Outra dimensão importante estabelecida na Política Nacional de Assistência Social de 2004 é a ampliação dos usuários que acessam essa política, com o intuito de superar a fragmentação ocorrida ao trabalhar segmentos como a criança, o idoso, a mulher, mas trabalhar com

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p 27)

Desta forma, são evidentes os fatores de vulnerabilidade, somando dificuldades materiais, culturais e sociais, que interferem na reprodução social dos trabalhadores e suas famílias. Couto et al. (2012) abordam como uma concepção multidimensional de pobreza, que perpassa apenas as privações materiais, mas diferentes dimensões da vida do cidadão. Além disso, aborda que é preciso situar os riscos e vulnerabilidades como indicadores que revelam ou ocultam o lugar social que ocupam nas relações sociais que caracterizam a sociedade capitalista contemporânea.

Como já falado, a PNAS situa a Assistência Social como Proteção Social, podendo ser classificada em dois níveis, proteção social básica e proteção social especial, onde se configura de média e alta complexidade.

Proteção Social Básica: tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL 2005a p. 34) destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social “decorrente da pobreza,

privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social”(p.34).

Articulando com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica buscam superação das condições de vulnerabilidade e a prevenção de situações de risco. Além de se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários. (BRASIL, 2005a)

Proteção Social Especial: é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas.

Segundo a PNAS (2005a, p. 39) “Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo”. Priorizando a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento.

São destinados normalmente às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento.

Dentro da proteção social especial, os serviços são distribuídos da seguinte forma: Proteção Social Especial de Média Complexidade (oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.) e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.).

Esses serviços de Proteção Social devem promover um conjunto de seguranças que reduzam ou previnam riscos e vulnerabilidades sociais (SPOSATI, 1995), bem como necessidades emergentes ou permanentes. Na Política Nacional de Assistência Social, segundo o texto de Raichelis de 2008 (p. 46-47) as seguranças a serem garantidas, segurança de acolhida, através de acolhimento e realização de escutas profissionais qualificadas; segurança social de renda, complementando a política de emprego e renda, com a concessão de bolsas auxílios financeiros; segurança de convívio se dá por meio de serviços socioeducativos que garantam a construção, restauração e fortalecimento de vínculos sociais; segurança de desenvolvimento da autonomia através de ações que busquem o desenvolvimento de habilidades e capacidades e segurança de benefícios materiais garantindo em caráter provisório benefícios eventuais para indivíduos e famílias em situação de riscos e vulnerabilidades, em situação de emergência e ou calamidade pública.

Por outro lado, também se faz muito importante destacar alguns dos conceitos fundamentais para a compreensão da PNAS e sua forma de operacionalização e organização, como o território e a matricialidade sociofamiliar, os quais após a implantação da Política Nacional de Assistência Social (2004) e pelo Sistema Único de Assistência Social, passam a serem vistos como modo de superação da fragmentação, com o objetivo de concretizar a universalidade de cobertura, para todos os usuários que necessitam a possibilidade de planejar e monitorar a rede de serviços.

Para compreender a ideia de território inserida na política, é preciso ter claro, segundo Couto et al. (2012, p. 73) que “O território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tencionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento”. Ou seja, o território é peça chave para uma efetividade da política pública conforme a necessidade dos usuários, pois através de ações na própria localidade onde o usuário está inserido que o profissional consegue ver a realidade mais concreta e com isso, poder intervir nas vulnerabilidades e acesso à direitos.

Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos aos diferentes sujeitos. É também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam as possibilidades para seu enfraquecimento. Koga e Nakano (2005), dois estudiosos da questão territorial, afirmam que é preciso compreender que os diferentes segmentos da população



podem apresentar configurações muito distintas a depender do lugar ou dos lugares onde se encontram, onde se concretizam como sujeitos coletivos de ações políticas emancipatórias.

Couto et al. (2012) abordam algumas questões que em relação ao território são importantes ressaltar, sendo estas o estigma enfrentado pela população residente desses chamados territórios vulneráveis, a baixa cobertura de programa e serviços e as noções de risco e vulnerabilidade social. Como se pode observar, em primeiro lugar, a questão relaciona-se ao estigma e imagens negativas por parte da sociedade e da população em relação aos denominados territórios vulneráveis.

De forma a concordar com o exposto acima, Caldeira (2000) analisa a forma de como o crime, o medo a violência e o desrespeito aos direitos da cidadania têm se relacionado com transformações urbanas, transformando-se em segregação. Ela ainda afirma a importância da segregação na sociedade, pois segundo ela é uma característica importante das cidades, pois estão ligas as regras de separação e diferenciação social que organizam o espaço urbano.

Além disso, Caldeira (2000) ainda traz que essas regras, variam historicamente e culturalmente, construindo assim os princípios que estruturam a vida pública em cada sociedade e indicam como os grupos sociais se relacionam entre si e com os demais grupos na cidade.

Couto et al. (2012) abordam que essas transformações nos territórios, estão gerando e construindo espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas ao mesmo tempo separados por muros e ou tecnologias de segurança, propiciando que não interajam. Analisando essa fala dos autores, podem-se relacionar com a realidade do município de Santa Maria/RS quando pensamos na relação entre duas localidades pertencentes ao mesmo bairro da cidade, o bairro Patronato, a Noal (predominantemente moradores de classe média) e a Vila Natal, a qual pode ser classificada como “território vulnerável”, pois moradores têm evidenciado fatores de vulnerabilidade social e risco. Essas duas localidades, além de pertencerem a grupos sociais diferentes, são separadas por um muro de 400 metros de extensão, construído por moradores da Vila Noal no ano de 2007<sup>8</sup>, segundo moradores, para garantir a segurança do local.

---

<sup>8</sup> Conforme pode ser verificado em: Jornal Folha de São Paulo, Edição de 25/01/2007, <http://www1.folha.uol.com.br/foha/cotidiano/ult95u130939.shtml>;

Como se percebe do exemplo acima descrito, essa nova configuração merece um olhar atento e crítico perante essa realidade, pois esse movimento, segundo Raichelis (2006), cria um novo padrão de organização que redefine os processos de interação social e sociabilidade coletiva, promovendo acesso diferenciado à informação, diversidade de oportunidade e equipamentos de bem público. Portanto, segundo Couto et al. (2012 p. 74)

São conhecidos os efeitos sociais da segregação e da guetificação dos territórios, que impedem a convivência entre grupos e classes sociais heterogêneas e os diferentes usos e “contra- usos” da cidade. São processos que contradizem os valores de universalidade, heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que fundamentam a construção de espaços públicos democráticos (COUTO ET AL., 2012, p. 74)

Nesse sentido, os autores ainda afirmam que a participação popular pode assumir um caráter restrito, pontual e instrumental quando os serviços socioassistenciais ficam restritos a uma localidade e território. Podendo levar ao isolamento dos indivíduos e grupos sociais distantes da inserção crítica e ativa que devem ter na esfera pública da cidade.

Outra questão a ser pensada é que “a grande parte das vulnerabilidades sociais dos usuários da política de assistência social não tem origem na dinâmica local, mas em processos culturais” (Couto et al. 2012, p. 74). Sendo esses territórios aqueles cujas instituições de proteção social ali presentes estão enfraquecidas, precarização e insegurança do trabalho, invisibilidade por parte do Estado e políticas públicas, baixa cobertura dos programas, serviços, etc.

A terceira questão a ser salientada é a das noções de risco e vulnerabilidade social, remetidas ao território onde estão inseridas as instituições de proteção social, principalmente do nível básico e especial de média complexidade. É importante pensar a questão de risco social e sua conceituação na sociedade, como se estabelece. Nesse sentido, refere-se aos riscos aos quais estão expostos indivíduos, famílias, classes sociais, coletividades que se encontram fora do alcance da “rede de segurança” propiciada pela proteção social pública e que por isso se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social gerado por diversos fatores. Não se tratando de todos os cidadãos da sociedade, mas ao mesmo tempo não podendo responsabilizar individualmente aquele que está nesse meio.

Segundo Couto et al. (2012 p. 75-76) situações de vulnerabilidade e risco social são determinadas “pelos processos de produção e reprodução social, sendo uma condição social coletiva vivenciada por amplo conjunto de trabalhadores, a partir das clivagens da classe social que pertencem”. Para isso, é importante que o profissional; assistente social trabalhe

intimamente com essas reproduções sociais, trazendo aos sujeitos daquele território, a visibilidade de cidadãos, reconhecendo-se como um grupo social.

Por fim, é necessária a oferta de serviços socioassistenciais próximos ao território necessitado, para que seja provido de ações que visem à melhoria das condições de vida daquela população e principalmente que o território pertença a cidade. Os sujeitos ao serem referenciados, reconhecem a cidade como seu território, e seu território como cidade, os fazendo pertencentes daquele meio.

Outro conceito importante abordado pela Política Nacional de Assistência Social é a matricialidade sociofamiliar, de forma que a presença e importância da família no âmbito do sistema único de assistência social significa que o foco da proteção social está na família. Nesse sentido, é importante salientar que a NOB-SUAS (2005b) afirma que não existe família enquanto modelo idealizado e sim famílias resultantes de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes dessas famílias, quando cita que

[ ]convivência familiar na proteção de assistência social supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero (BRASIL, 2005b, p. 17)

Mioto (2004) também aborda a questão de família, onde cita que “O consenso existente sobre as transformações da família tem se concentrado apenas nos aspectos referentes à sua estrutura e composição, pois as expectativas sociais sobre suas tarefas e obrigações continuam preservadas” (p.4). Como se percebe, existe um paradoxo entre o conceito normativo acima descrito e a percepção do fenômeno na realidade, na prática. Nesse sentido, o autor conclui que as políticas sociais ainda esperam que as famílias tenham um mesmo perfil, “mesmo padrão de funcionalidade”, independente de onde estão inseridas, através de um padrão cultural tradicional onde visão normalmente um papel materno e paterno.

Ou seja, segundo Couto et al. (2012, p.77), apesar das grandes mudanças e transformações e impactos nos arranjos e composições familiares contemporâneas, observa-se a permanência de padrões e expectativas de famílias tradicionais. Verifica-se, nesse sentido, que os elementos culturais trazidos especialmente pela grande mídia e caracterizada pelo capitalismo alimenta a tendência de deslocamento dos conflitos e contradições que têm fortes raízes societárias, como os de classe, gênero ou etnia, para os âmbitos privados da esfera

doméstica, das relações intrafamiliares e comunitárias. Isso reforça a importância da vida doméstica e familiar e seu funcionamento através de pequenos poderes que alguns indivíduos estabelecem, seja no convívio familiar, escola, etc.

Considerando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS, é relevante observar as transformações por que passam as famílias, bem como as abordagens conservadoras e disciplinadoras no trabalho profissional que se realiza. Mas, também, a importância de trazer ofertas e alcance da cidadania, bem como o fortalecimento delas.

De forma resumida, ainda com base em Couto et al. (2012), pode-se afirmar que território e matricialidade sociofamiliar efetivamente trazem duas questões que devem ser discutidas no âmbito do SUAS as, não podendo ser compreendidas de forma simplista. A primeira se dá a partir do conceito de que os arranjos familiares diversos sempre foram características das famílias pobres, assim fazendo com que algumas intervenções dialoguem com essas famílias como se elas fossem indevidas, fora dos modelos.

A segunda perspectiva a ser observada é o conceito de família como “grupo afetivo básico, capaz de oferecer aos seus membros as condições fundamentais para seu desenvolvimento pleno” (COUTO ET AL., 2012, p. 78), sendo que, para isso, é primordial que a família seja protegida socialmente.

A partir dos dois pontos acima destacados, os autores ainda afirmam a importância da adequação das metodologias de atendimentos às famílias, pois apesar dos avanços teóricos realizados e avanços da compreensão dessa temática, o padrão burguês de funcionamento familiar continua a pautar as ações e formas de interagir com famílias. Sendo assim, a busca de compreensão da família deve se dar conforme suas singularidades, mas com seu pertencimento a uma classe social. Segundo Couto et al. (2012, p. 79):

O trabalho com famílias [...] retira a condição individual do atendimento da política, pode repetir o mesmo equívoco, quando particulariza cada família como se fosse um universo único, destituído de sua identidade coletiva e de sua universalidade. Preservar sua singularidade, trabalhar suas particularidades só tem sentido quando elas se materializam a condições dessas famílias enxergarem-se como um coletivo que deve buscar, conjuntamente, a resolução para suas questões no espaço de disputa do fundo público e do projeto societário emancipatório, como anuncia o Suas.

Verifica-se que as características acima descritas também se evidenciam ao se estudar a forma de implementação da política para o estado do Rio Grande do Sul<sup>9</sup> Em pesquisa recente, apresentada em Couto et al.(2012), destaca-se, como elemento principal, o conservadorismo como elemento histórico, ressaltando o paradoxo existente entre as práticas e ações cotidianas, especialmente nos pequenos municípios, e a proposta de um sistema progressivo para a garantia de direitos e a efetivação da política pública em que a gestão se propõe a contemplar a Política Nacional de Assistência Social. Dentre outros aspectos, um dos mais significativos diz respeito ao “primeiro damismo” presente no Estado, seja através de ocupação de cargo de gestora do comando da política de Assistência Social, ou de instituições privadas sem fins lucrativos que terceirizam as competências dos órgãos públicos, ou até mesmo atuação em associações de primeiras-damas que se articulam mensalmente, paralelamente às reuniões do Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas).

Ainda como uma evidência dos princípios conservadores da implementação da política, Couto et al., (2012, p. 238) ressaltam a presença ainda muito ligada de diferentes compreensões da Assistência Social associadas ao campo do assistencialismo e “faz tudo”, “do inespecífico, da desprofissionalização, da ajuda dos pobres”(p.238). Estes comportamentos caracterizam-se como uma espécie de resistência às determinações da política, conforme supra-detalhado, de maneira a criar um campo híbrido de atuação dos profissionais, no qual as competências legais são colocadas constantemente em xeque. Portanto, para os autores da pesquisa e quase como um consenso entre os autores do tema, faz-se essencial que as responsabilidades sejam discutidas e redefinidas quanto às suas responsabilidades específicas, tendo como referência as responsabilidades específicas da política, “enquanto pré-condição para se efetivar no Brasil as bases de construção de uma nova cultura política, considerando a implementação do Sistema Único de Assistência Social.”(p.238).

Esses fatores, demonstram a necessidade de retornar ao debate acerca da política de assistência social, enquanto uma política pública, respondendo por um dos pilares da proteção social brasileira, enquanto Seguridade Social.

---

<sup>9</sup> Esse processo de implementação pode ser visto a partir de uma pesquisa realizada no Estado do Rio Grande do Sul e Paraná, publicada no livro de 2012 “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento”. O artigo se deu a partir dos resultados obtidos para o Rio Grande do Sul e o Paraná, mas darei ênfase aos dados do Rio Grande do Sul, por ser onde realizo minha graduação e onde estão sendo observados os dados analisados no presente TCC.

### 1.3 Tipificação dos Serviços Socioassistenciais para crianças de 06-15 anos

Em 2009<sup>10</sup>, no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), foi deliberado “Tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços Socioassistenciais”. Para tanto, foram levados em consideração os incisos da Lei Orgânica de Assistência Social, preceitos da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e sua Norma Operacional em 2005, juntamente com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS).

Assim, dentro das mudanças ocorridas na política de Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988, a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é mais um passo na direção da consolidação da Assistência Social como política de direito voltada à extensão da cidadania social. As mudanças propostas visam padronizar os serviços socioassistenciais em todo o território brasileiro, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, que exige estudo e mudanças na organização dos serviços dos municípios (BRASIL, 2009). Esta Tipificação apresenta uma matriz padronizada para os serviços socioassistenciais, a qual estabelece: nome do serviço, descrição, usuários, objetivos, condições e forma de acesso, unidade, período de funcionamento, abrangência, articulação em rede, impacto social esperado e regulações.

Segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, os serviços de Proteção Básica, ou seja, aqueles que vem prevenir situações de risco através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinam-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, fragilização de vínculos afetivos e territoriais. Neste âmbito, são estabelecidos os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social

---

<sup>10</sup>Considerando os incisos do Art 18 da Lei Orgânica de Assistência Social, onde cita que Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social: normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social, aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais justa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e após divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.

Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Esses são normalmente trabalhados nos Centro de Referencias de Assistência Social.

Os serviços de Proteção Social Especial, por sua vez, devem priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento. Segundo a Política Nacional de Assistência Social, o Serviço de Proteção Especial caracteriza-se como sendo:

[...] a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2005a, p.38)

A proteção especial se divide em Média Complexidade e Alta Complexidade. Na média complexidade, estão incluídos os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI), de proteção social a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), além da abordagem social e serviços especializados para pessoas com deficiência, idosos, e em situação de rua, bem como sua família. Esses serviços geralmente são realizados em Centros de Referencia Especializados em Assistência Social, Plantões Sociais, Instituições de cunho governamentais, ou não, de prestações de serviços assistenciais.

Os serviços socioassistenciais de alta complexidade se classificam como aqueles que buscam a proteção do sujeito, quando já tiveram seus direitos corrompidos, em situação de vulnerabilidade e risco social. Entre eles destaca-se o acolhimento institucional, acolhimento em república, serviço de acolhimento em família acolhedora, serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está inscrito na Tipificação dos Serviços socioassistenciais, como um serviço realizado no nível de proteção social básica, possuindo caráter preventivo e proativo na defesa e afirmação dos direitos e desenvolvimento de potencialidades e capacidades. Além disso, atua através de grupos, de modo a garantir aquisições progressivas com os usuários, complementando o trabalho social com as famílias e prevenindo situações de risco social. No documento orientador do serviço, verifica-se essa garantia, ao ser ele caracterizado como a “Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas

histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território” (p.09). Portanto, sob esta ótica, verifica-se que ela é organizada como forma de conduzir o usuário a realizar trocas e conhecimentos culturais, de vivências, desenvolver sentimento de pertencimento, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de forma a visar o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Este serviço se divide por especificações em cada faixa etária<sup>11</sup>: para crianças de até 6 anos; para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, focos deste trabalho; para adolescentes de 15 até 17 anos; e, para idosos.

Segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009b), a descrição específica para o público de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, focos deste trabalho, tem por objetivo a constituição de um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento de autonomia e protagonismo social das crianças e adolescentes, a partir de seus interesses, demandas e potencialidades, com intervenções pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. (BRASIL, 2009, p. 10)

Além disso, inclui como usuários do serviço: a) crianças e adolescentes de famílias com dificuldades de acesso de renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter e administrar um lar; b) crianças e adolescentes com deficiência, sendo prioridades as crianças beneficiárias do BPC<sup>12</sup>; c) aquelas que são encaminhadas pelos serviços da proteção social especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Serviço de Proteção e Atendimento Especializado á Famílias e Indivíduos, reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento e outros; e d) beneficiárias de programas de transferência de renda. Ressalta-se, neste sentido, que em função das características de público a ser atendido, muitas vezes em severo risco social, o serviço deve ocorrer em dias úteis, feriados ou finais de semana, em turnos de até quatro horas diárias.

---

<sup>11</sup> Neste trabalho de conclusão foi optado dar ênfase ao serviço específico para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, por motivo de ser o público alvo da pesquisa, bem como da experiência de estágio realizado pela acadêmica e autora do presente trabalho.

<sup>12</sup> Benefício de Prestação Continuada, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. (<http://mds.gov.br/>)



Embora todo o serviço seja extremamente significativo, destaca-se, novamente, que este serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem por objetivos complementar as ações da família e comunidade quanto à proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Deve assegurar o convívio, através de espaços que realizem ações de grupos, comunitários e sociais para o desenvolvimento da solidariedade, respeito mútuo e afetividade.

Também, deve estimular a participação na vida pública e território, desenvolvendo competências para a compreensão da realidade social e do mundo contemporâneo de forma crítica. Para isso é necessário ampliar e possibilitar esse universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como, estimular o desenvolvimento de habilidades, potencialidades, talentos e propiciar uma formação cidadã a esses jovens.

O impacto social esperado do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é contribuir para a redução de situação de vulnerabilidade social, prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência, aumentar o acesso da criança, adolescente e sua família nos serviços socioassistenciais do município. Visa à ampliação no acesso de direitos socioassistenciais e melhor qualidade de vida dos usuários e suas famílias. Muitos desses avanços e impactos podem ser vistos a partir da intervenção de profissionais sociais atuantes na área e no serviço, podendo citar como as principais formas de atuação e intervenção da Equipe Técnica no serviço como:

Acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania (BRASIL, 2009C, p. 13)

Além disso, é essencial que a equipe técnica tenha um bom trabalho em rede com os demais serviços socioassistenciais de todas as proteções sociais, conversando com os serviços públicos locais de educação, saúde, cultura, esporte e outros disponíveis no município. Também se faz necessário e importante estar presente nos Conselhos relacionados com criança e adolescente, políticas públicas e defesa de direitos, unido com o Conselho Tutelar, programas e projetos, instituições de pesquisa e ensino e redes sociais.

Esta articulação em rede está na base de outro conceito importante no âmbito da política que são os níveis de segurança. Neste âmbito, os usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos têm por garantia três níveis de segurança que o serviço deve

proporcionar. Estes são: segurança de acolhida, segurança de convívio familiar e comunitário, e, segurança de desenvolvimento da autonomia.

O primeiro, a segurança de acolhida, se dá a partir do direito receber orientações e encaminhamentos com o objetivo de assegurar a cidadania dos usuários, acessarem benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, igualmente aos demais direitos sociais, civis e políticos. Para isso dispõem de ambiência acolhedora através de acolhida de suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades.

A segurança de convívio familiar e comunitário deve propiciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, possibilitem oportunidades de conhecer o território e ter acesso aos serviços conforme demandas e necessidades.

Já a segurança de desenvolvimento da autonomia estimula experiências pautadas no respeito a si e aos outros, fundamentadas em princípios éticos da cidadania e justiça. Deve desenvolver potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural do usuário, além da sua participação social, atuando em movimentos sociais, organizações comunitárias e demais organizações. Além disso, deve proporcionar a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da auto-estima, autonomia e sustentabilidade, fortalecendo e buscando a cidadania.

Em resumo, os níveis de segurança buscam estabelecer referenciais no sentido de garantir aos sujeitos da assistência a vivência de experiências para a relação de grupos, sua convivência, administração de conflitos por meio do diálogo, compartilhando outros modos de agir, atuar e pensar. Buscar o desenvolvimento de projetos sociais e culturais no território e a oportunidade de produções artísticas, tal como acesso a documentação civil. Por fim, segura a ampliação da capacidade protetiva da família e a superação de suas dificuldades de convívio, a informação sobre direitos sociais, civis e políticos e acesso a atividades de lazer.

## **CAPÍTULO II- APOIO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO**

O presente capítulo abordará num primeiro momento o modelo de acolhimento institucional do tipo “Abrigo Institucional”, segundo os documentos “Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009” e o “Estatuto da Criança e Adolescente” de 1990. Após, apresentará a Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita, expondo suas características e profissionais que atuam no local, com ênfase no profissional assistente social. Por fim, este capítulo trará especificações do Projeto Asema e como ele se desenvolve no Estado do Rio Grande do Sul, bem como sua importância para o desenvolvimento da criança inserida no projeto Asema.

### **2.1 - Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita**

A instituição Lar de Mirian e Mãe Celita é uma instituição beneficente que atende crianças e adolescentes no regime de proteção especial - Acolhimento Institucional, segundo o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente). Neste sentido, a idéia de Acolhimento Institucional pode ser entendida como um espaço de proteção destinada a crianças e adolescentes que encontram-se em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram seus direitos violados. Em 2009, foram criadas as Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, onde prevê que este local pode ser oferecido em diversas modalidades e gerido por diferentes instituições governamentais ou não governamentais, tais como: abrigo institucional, casa-lar e casa de passagem.

Este local deve ter um caráter de espaço provisório, pois a criança pode permanecer por até dois anos, sempre buscando-se a volta ao convívio familiar, família ampliada e meios de assegurar os direitos das crianças e adolescentes. É importante ressaltar que, independente da nomenclatura das instituições, todas essas modalidades de acolhimento, constituem “programas de abrigo” previstos no Artigo 101, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo seguir os parâmetros dos artigos 90, 91, 92, 93 e 94 da referida Lei.

O Abrigo Institucional é o serviço que oferece, segundo As Orientações Técnicas Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, (BRASIL, 2009):

[...] aspecto semelhante ao de uma residência e busca estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. (p.68)

Ele deve atender crianças e adolescentes em regime protetivo, conforme artigo 101 do Estatuto da Criança e Adolescente, 2009. Levando em conta que o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou em família substituta, quando não for possível à volta a família, com o conhecimento da autoridade jurídica e ou a pedido do Ministério Público, só é possível ser realizada por outro profissional de forma emergencial para a proteção de vítimas de violência ou abuso sexual.

Além disso, as crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros, identificação da criança e seus pais ou responsáveis, endereço e motivos da retirada ou da não reintegração ao familiar. (BRASIL, 2009a)

Segundo as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes de 2009, ao chegar à instituição, após o acolhimento, a instituição elaborará um plano individual de atendimento, contendo previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária.

Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de cinco dias, decidindo em igual prazo. Sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público, no qual conste a descrição das providências tomadas. (BRASIL, 2009 c)

Para promover a qualidade dos serviços de acolhimento, o Estatuto da Criança e Adolescente, prevê ações de fiscalização e controle social, ao exigir a inscrição das entidades

que ofertam “programas de abrigo” no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Art. 90) e estabelecer princípios para sua efetivação<sup>13</sup> (Art. 92). Do mesmo modo, devem também possuir registro no Conselho Municipal de Assistência Social e submeter-se também à sua fiscalização, uma vez que, fazem parte dos serviços que compõem a rede socioassistencial do município.

Além disso, o Art.130 do Estatuto da Criança e Adolescente estabelece que nos casos de violência praticada por familiar ou responsável com o qual a criança ou adolescente resida, a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do agressor da moradia comum.

A composição da equipe mínima para atuar no serviço de Abrigo Institucional, como de todos os tipos de acolhimento para crianças e adolescentes, está regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução Nº130, de 2005 do CNAS). A qual define que a equipe de referência dos serviços de acolhimento deve ser formada por psicólogo e assistente social. É importante que sejam agregados à equipe mínima profissionais com diferentes formações, compondo uma equipe interdisciplinar.

Como principais atividades desenvolvidas podem-se destacar o acompanhamento psicossocial dos usuários e famílias, buscando uma reintegração familiar, apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários, bem como capacitações e acompanhamento. Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente trazendo possibilidades de reintegração familiar; e sugestões de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de reinserção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção. Além disso, a preparação da criança e adolescente para o desligamento, aproximação e fortalecimento na construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso. (BRASIL, 2005)

A entidade Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita, fundada em agosto de 1961, tinha como ideia principal abrigar/acolher meninas de zero a doze anos. Em março de 1986, fundiu-se com o Lar Mãe Celita, formando assim a Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita como é hoje. Ela é classificada como ONG (Organização Não

---

<sup>13</sup>I- preservação dos vínculos familiares; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V – não desmembramento de grupos de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida comunitária local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação gradativa para o desligamento.

Governamental), mantida por convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Maria. Para sua manutenção, existem outros recursos, os quais são alcançados através de doações da sociedade civil, empresas, escolas e demais setores que ajudam eventualmente a instituição.

Localizada no bairro Patronato do município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, bairro com diferentes antagonismos de classes e inserida em uma região caracterizada por diversas vilas de ocupação como Vila Natal, Lídia, arco - Íris, além do bairro Noal, a instituição tem como objetivo acolher crianças e adolescentes entre zero a dezoito anos incompletos em situação de risco pessoal e social, conforme o Estatuto da Criança e Adolescente, principalmente nos capítulos I, II, III, IV que visam os direitos fundamentais.

O trabalho do assistente social na instituição, tem por objetivos utilizar os instrumentais da profissão para ter uma atuação ética e interventiva. Utilizando de forma clara e específica, sempre tendo como base referencia teóricas. Segundo o CFESS/CRESS compete ao assistente social:

Visitas domiciliares; elaboração de relatórios, pareceres e laudos sociais; perícias; encaminhamentos e serviços; atividades comunitárias para a aquisição de bens e direitos; informações sobre direitos e serviços; estudos sócio-econômicos; supervisão de estágio; elaboração de projetos; plantões sociais; atendimento às emergências; acompanhamento institucional; atendimento individual; contato com recursos comunitários; treinamento; assessoria; realização de palestras educativas; pesquisa; coordenação e controle de benefícios; triagem sócio-econômica; educação de grupos e indivíduos (gestantes, crianças, jovens, idosos) (CFESS, 2002, p. 09).

As crianças e adolescentes cuidadas na instituição são encaminhadas através do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Santa Maria e Conselho Tutelar, de forma que as ações são desenvolvidas através de três linhas de intervenção: receber, acolher e desligar/desacolher.

Em um primeiro momento, é realizado o acolhimento, primeira abordagem, que consiste no processo de recepção da criança/ adolescente na unidade de acolhimento, entrevista inicial, identificação das demandas mais emergenciais e orientação sobre funcionamento da instituição. Após, é realizado um histórico da criança/ adolescente através de entrevistas, visitas domiciliares, avaliação familiar pela equipe técnica psicossocial, coordenação e cuidadoras/educadoras, avaliação mensal ao judiciário e acompanhamento da família.

Por fim, acontece o desacolhimento/desligamento do sujeito, se tornando efetivo a partir dos contatos com a família, com a rede socioassistencial e de atendimento e através de

visitas domiciliares e entrevistas. Ao se verificar a possibilidade de retorno a família, é realizado um estudo psicossocial sobre a dinâmica familiar, feito pela equipe interdisciplinar da unidade de acolhimento, sendo estas a assistente social e psicóloga. Dado o desligamento da família de origem, a equipe técnica dará início ao acompanhamento familiar por seis meses, no processo de pré-desacolhimento e se necessário orienta e encaminha para demais serviços como CREAS, CRAS, Central de Vagas, Secretaria de Habitação, etc.

Quando esgotadas todas as possibilidades de reinserção da criança no meio familiar é necessário que a equipe técnica de início a uma nova etapa, a família substituta. Lembrando que é a última opção, uma vez que anteriormente são avaliados todos os membros da família, constituindo a família ampliada, de tal forma que:

O profissional de Serviço Social tem um importante papel no processo de constituição de uma rede social articulada e na gestão da mesma para que seja capaz de fazer o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e riscos sociais a que essas famílias estão submetidas e neste sentido atuar para o fortalecimento social dos membros ajudando assim a partir do empoderamento individual e coletivo e da ressignificação dos papéis sociais dentro da família, construir a responsabilização pelos seus filhos de modo a protegê-los e oferecer condições afetivas, éticas e econômicas para o seu desenvolvimento. (SANTANA, 2010).

Além disso, cabe ao profissional a busca do fortalecimento das redes socioassistenciais de apoio, bem como o encaminhamento para serviços que estejam vinculados. De acordo com a NOB/SUAS

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social. (BRASIL, 2005, p.17).

Essas redes servem para a superação de demandas previstas nas manifestações da questão social e suas variadas formas de expressão. Além disso, torna mais amplo e realista o contexto onde cada usuário está inserido, uma vez que já perpassou por outros serviços até chegar ao acolhimento institucional. O acolhimento institucional deveria ser a última etapa para intervenção, uma vez que, é necessária quando os direitos sociais do usuário já foram violados. Antes disso, outros serviços como CRAS, CREAS, CAPS e demais redes de apoio como Conselho Tutelar e Hospitais já deveriam ter o histórico daquele sujeito, bem como variáveis demandas e processos que ele já passou.

Mas a rede de serviços socioassistenciais também pode ser essencial para o pós desacolhimento, pois é essa rede que irá acompanhar a criança e a família em seu local de moradia, seja no CRAS com o trabalho de fortalecer as redes familiares, no CREAS se houver

situações de violência, no CAPS por alguma demanda de álcool e drogas ou distúrbios mentais.

Além do acolhimento institucional, a Instituição vem implementando projetos a fim de fortalecer os vínculos familiares com o grupo Asema, crianças de 06- 10 anos que participam no contra turno escolar de atividades como aula de informática, percussão e educação física. As crianças frequentadoras desse grupo pertencem à região onde esta localizada a instituição e tem em seus históricos muitos fatores de risco, visto a situação de vulnerabilidade que se encontram.

Por isso o grupo Asema vem com o intuito de prevenir, além de buscar o alcance dos direitos dessas crianças, incentivando-as a trabalhar em grupos e se reconhecerem nele. Fortalecer suas relações para que assim se sintam aptas para melhorar seu convívio familiar.

Segundo Iamamoto (1999, p. 27), a questão social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.. (IAMAMOTO, 1999, p.27)

As expressões da questão social estão diariamente no cotidiano de cada criança, em seu meio familiar a uso abusivo de drogas. Muitas delas residem em famílias ampliadas, tendo como referencia avós ou tios, já possuem vínculos fragilizados em seu território. Além disso, são carentes muitas vezes de afeto pelos responsáveis não terem muitas condições de assegurar a elas todos seus direitos enquanto crianças, ficando assim, vulneráveis<sup>14</sup> socialmente.

Pode-se notar que a principal categoria vista nas manifestações da questão social são em relação ao meio familiar onde estas crianças estão inseridas. A família, historicamente, vem desenvolvendo um papel importante na sociedade. É neste segmento que ocorrem as primeiras relações sociais, sendo este o primeiro espaço de socialização dos sujeitos. Na sociedade capitalista a família é um importante espaço das reproduções sociais. Marx e Engels (1998) afirmam que a família é a primeira propriedade dos sujeitos. Que a sociedade burguesa visa à exploração das crianças e mulheres como força de trabalho, e que os sujeitos ficam ainda mais vulneráveis na exploração do capital.

---

<sup>14</sup> <sup>14</sup> Segundo JANCZURA, (2012, p. 302); vulnerabilidade “refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas.” Também cita “ [...] as definições de risco e vulnerabilidade que só podem ser entendidas como um processo associado a diferentes contextos histórico-sociais e a diferentes áreas científicas que as desenvolveram para tratar seus objetos.”



As relações familiares reproduzem as desigualdades da sociedade capitalista. As famílias necessitam da força de trabalho de todos os seus membros para sobreviverem. Desta forma em muitas situações a colocação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, onde são explorados pelo capital é a única saída que a família encontra para obter sua subsistência. Esta situação causa sofrimento e mais uma vez à família sente-se culpada por não conseguir dar educação para seus filhos.

No Brasil dispomos de uma legislação o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que afirma que a família como prioridade absoluta na Doutrina de Proteção Integral de suas crianças e adolescentes, a família deve ser prioridade, principalmente, na formulação das políticas sociais. No entanto devido às desigualdades sociais e a exploração destas famílias pelo capitalismo, nem sempre elas conseguem proteger suas crianças e adolescentes.

O Brasil, ao longo de sua história, reproduz os padrões de desigualdade social que mantém parte de sua população em situação de pobreza. Dentre os fatores estruturais que interferem nessa situação, podemos citar: a ausência de mecanismos de distribuição de renda através de uma estrutura tributária progressiva, falta de um amplo processo de reforma agrária, investimento em políticas sociais básicas e democratização do acesso ao poder político. Assim, é preciso analisar a particularidade histórica do capitalismo no Brasil para entender as causas de sua desigualdade social. (PEREIRA, 2006, p.179)

As famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional possuem diversas dificuldades para suprir as necessidades básicas de seus filhos. Em algumas situações ocorre a negligência, a violência ou abuso sexual, maus tratos, exploração do trabalho infantil, constituindo assim violação de direitos. Diante deste contexto ocorre o acolhimento institucional. O poder público é chamado a intervir para suspender o pátrio poder familiar e assegurar os direitos das crianças e adolescentes.

## **2.2 A proposta político-pedagógica do Projeto Asema na Instituição**

Com a promulgação do ECA desmistificou-se com uma cultura, ao garantir e estabelecer em seu artigo 23, que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar. Ao mesmo tempo em que, em seu artigo 19, assegurou, ainda, o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta.

Como já relatado, a instituição Lar de Mirian e Mãe Celita é uma ONG que foi fundada com o intuito de acolher crianças que estavam com seus direitos violados, dentre eles, aqueles que sofriam inúmeras situações de negligência, violências e abandono. Necessitando ter seus direitos reestruturados, ingressavam no Lar, que lhes oferecia amparo. Naquela época, grande parte das crianças institucionalizadas fazia parte da região da instituição, sendo submetidas ao acolhimento institucional devido à classe social dos pais, os fatores de pobreza familiares, o território de vulnerabilidade.

Visto que a instituição idealizava a busca e alcance de direitos de todas as crianças e adolescentes que estavam com eles violados e não apenas pelo financeiro de cada família ser baixo, buscou-se ideias para fortalecer as relações familiares daqueles grupos que teriam mais necessidades e vulnerabilidades sociais presentes em seu cotidiano.

Dessa forma, criou-se o grupo de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto- (Asema), que nasce com a idéia de ser um grupo de crianças de 06-10 anos que ficaria na instituição no contra turno escolar e retornaria para casa todos os dias. Com isso evitaria que as crianças entrarem em contato com diversos fatores como drogadição, descaso dos pais, que muitas vezes trabalham e só voltam a noite, situações de perigo, dentre outras. E proporcionaria para aquelas crianças um espaço onde pudessem interagir com crianças da mesma idade, incentivasse o estudo, dando espaços para reforço e realização de temas de casa, oferecesse alimentação e disponibilizasse curso de informática, aulas de educação física, dança música, entre outras atividades.

Para isso conta com uma equipe de profissionais voluntários e contratados da instituição, como pedagogos, educador físico, nutricionista, professor de música, que se dividem durante a semana e executam atividades lúdicas, recreativas e educativas.

Analisando o projeto institucional, o Estatuto da Criança e Adolescente, a Política Nacional de Assistência Social e a demanda, percebe-se a importância de incluir o Serviço Social e nesse caso, a estudante desta área, nesse meio.

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, em seu Capítulo II, Das Medidas Específicas de Proteção. Cita em seu artigo 100, que na aplicação das medidas de Proteção devem levar em conta as necessidades pedagógicas, procurando oferecer ações que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Já na Política Nacional de Assistência Social, 2005, ao falar do Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, especifica

que esse serviço “destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento” (p. 34)

Contudo, é na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais que encontramos com mais características específicas e formas de intervir com o serviço de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, através da Proteção Social Básica. Segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009) ocorre através de “grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.” (p.09) Ou seja, através de caráter preventivo, trabalhar através de grupos questões ligadas ao seu cotidiano, família, comunidade e território. Como modo de garantir a superação de fatores de riscos sociais conforme o decorrer do serviço e avanços no seu meio.

Para isso, foi pensado em um grupo operativo de Fortalecimento de Vínculos que usaria como método; rodas de conversas e outras atividades que ao mesmo tempo lhes fizesse pensar sobre situações do dia a dia e como enfrentá-las, tornar-se dinâmico e interessante para as crianças, uma vez que grande percentual são vulneráveis e enfrentam situações de risco social diariamente em seu território.

Conforme Moura (2014), rodas de conversa podem ser classificadas como:

As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta. (p.04)

Grupo Operativo, segundo Pichon-Rivière (apud DIAS, 2006 p.30), e é “um conjunto de pessoas com um objetivo em comum”. Os grupos operativos trabalham na dialética do ensinar-aprender; o trabalho em grupo proporciona uma interação entre as pessoas, onde elas tanto aprendem como também são sujeitos do saber, mesmo que seja apenas pelo fato da sua experiência de vida; dessa forma, ao mesmo tempo que aprendem, ensinam. (DIAS, 2006)

Utilizando principalmente do fator ensino- aprendizagem, debatendo e refletindo assuntos do cotidiano o profissional assistente social busca guiar a reflexão das crianças

perante assuntos de seu cotidiano que são trabalhados neste grupo e assim, promover um diálogo entre eles com a intenção de proporcionar uma melhor forma de enfrentamento das vulnerabilidades que os rodeiam, bem como, o fortalecimento do grupo e após em suas relações familiares e comunitárias em seu território de pertencimento.

Através da tarefa proposta, os indivíduos entram em relações entre si e com as coisas, que ultrapassam uma mera vinculação técnica com aquilo que se deve realizar, e esses elementos subjetivos e de relação constituem o fator mais humano da atividade. Para Zimerman (1997), a abrangência da conceituação de grupo operativo é tão extensa que pode conter todos os demais grupos, inclusive os especificamente psicanalíticos. Segundo o autor:

A atividade do coordenador dos grupos operativos deve ficar centralizada unicamente na tarefa proposta, sendo que, somente nas situações em que os fatores inconscientes inter-relacionais ameacem a integração ou evolução exitosa do grupo, é que caberão eventuais intervenções de ordem interpretativa (ZIMERMAN, 1997, p. 76).

No Estado do Rio Grande do Sul o Asema está integrado às ações da rede de proteção a criança e ao adolescente, configuradas no Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003, cujo embasamento esta previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2003, p. 141).

A partir disso, o Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003 conceitua o Asema como:

[...] serviço dirigido a crianças e adolescentes, em turno inverso ao da escola, onde são executadas atividades voltadas à garantia de direitos, promoção, proteção, desenvolvimento e socialização, tendo como intercomplementariedade, propostas de ações com a família, escola e comunidade (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2003, p. 81).

O Asema, de acordo com este Plano, deve realizar ações diárias e em turno inverso ao da escola através de oficinas artísticas, culturais, de lazer e recreações desportivas e pedagógicas bem como atividades grupais de socialização e desenvolvimento da autoestima, fortalecimento de vínculos, de acordo com a faixa etária e conforme seus interesses. As atividades devem enriquecer o universo cultural, informacional e lúdico das crianças e adolescentes, como também o conhecimento e respeito ao meio ambiente como forma de preservação do direito a vida com qualidade, de uma forma dinâmica e educativa. Além disso,

deve possibilitar um atendimento integrado e concretizado a família e comunidade, com o intuito de melhor qualidade de vida da criança e adolescente. Também, busca realizar juntamente com os usuários do projeto, avaliação das atividades já realizadas e um planejamento das próximas ações a serem feitas e superadas, articulando com a escola e favorecendo a permanência, retorno e sucesso escolar.

Muitas famílias quando estão na condição de risco social e de vulnerabilidade não conseguem desempenhar o seu papel social, ou seja, de zelar pelo pleno desenvolvimento de seus membros, pois ela também necessita de ajuda, para isso é necessária uma ação fundamental da rede social que por meio de um conjunto de serviços e ações integradas, possam atuar nas condições de risco e vulnerabilidade, apoiando essas famílias. O profissional do serviço social, como integrante desta rede deve contribuir nestas possibilidades de acesso às políticas sociais, acompanhando orientando por meio de um processo socioeducativo para ajudar as famílias a se reorganizarem e resignificarem o vínculo com seus membros. Segundo o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006, p., 30): “cada família é potencialmente capaz de se reorganizar diante de suas dificuldades e desafios, de maximizar as suas capacidades, de transformar suas crenças e práticas para consolidar novas formas de relações”, sendo necessário buscar estratégias para primeiramente fortalecer os vínculos familiares para garantir a proteção e integridade no desenvolvimento da criança e do adolescente.

### **2.3 Aproximando a política da prática do Assistente Social**

Conforme a proposta institucional para a realização do presente Trabalho de Conclusão de Curso, tem-se, como objetivo, neste item, relatar as atividades realizadas ao longo do estágio prático profissional, como base para uma continuada análise crítica, capaz de aproximar esta prática da teoria estudada nos capítulos iniciais.

O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória, que a partir das Diretrizes Curriculares de 1996 do curso de Serviço Social propõem “[...] a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”, devendo ser dinamizada de acordo com a realidade social, a partir do contexto político econômico-cultural das relações sociais.”. Assim, é através da inserção de estudantes nos espaços sócio ocupacionais, que a atividade

garante o contato direto com população usuária e a identificação das manifestações da questão social que permeiam as relações desses sujeitos. Dessa forma, garante-se ao acadêmico, em aproximação ao cotidiano do profissional que o acompanha, conhecer a atuação cotidiana do assistente social e suas estratégias de intervenção, apreendendo os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que orientam o exercício profissional, permitindo-o experimentar o trabalho profissional.

No decorrer do processo de Estágio I e II, com início no segundo semestre de 2014 e término ao final do primeiro semestre de 2015, a autora esteve inserida na Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita, como estagiária do Serviço Social e onde foram desenvolvidas atividades utilizando-se a metodologia de Grupo Operativo, especialmente destinadas a crianças de 06 a 10 anos, usuárias do projeto Asema, nos turnos manhã e tarde.

A experiência de estágio iniciou-se com um período de aproximação à instituição, objetivando conhecer melhor suas características e possibilidades de atuação do profissional Assistente Social. Em um primeiro momento, foram realizadas visitas de aproximação, com o acompanhamento de atividades profissionais. Em paralelo, foram lidos e estudados os principais materiais bibliográficos e normativos relativos à instituição e sua atuação, especialmente as características que envolvem o projeto Asema. Destaca-se, neste caso, a proximidade teórico-metodológica da realidade estudada com outras atividades já desenvolvidas, como a participação no Núcleo de Estudo, pesquisa e extensão sobre criança e adolescente<sup>15</sup>, desde 2013.

Durante boa parte do Estágio I, a estagiária utilizou os principais instrumentais relativos à metodologia proposta, observou os processos de trabalho da assistente social, conheceu os demais processos de trabalho da instituição e seu funcionamento, elaborou uma análise institucional, diários de campo, plano de estágio e também um projeto de intervenção, o qual foi executado durante o Estágio II.

Já no decorrer do Estágio II foi possível, além de conhecer os processos de trabalho do assistente social, intervir na realidade social circunscrita naquele espaço sociocupacional articulando-se a prática no cotidiano institucional. Para tanto, o tema e espaço escolhido pela

---

<sup>15</sup> O Núcleo de Estudo, pesquisa e extensão sobre Criança e Adolescente (NUPECA) foi criado em 2012 sob coordenação da Professora Doutora Rosane Janczura, na Universidade Federal de Santa Maria. Desenvolve diversas ações, que vão desde estudos direcionados através de leituras sob assuntos escolhidos entre participantes do Núcleo, ações em territórios em datas relevantes e Rodas de Conversas com profissionais da área realizadas na universidade e abertas para o público.

acadêmica para a sua intervenção foi inserido no Projeto Apoio Socioeducativo em Meio Aberto. Uma das principais motivadoras dessa decisão foi a necessidade de desenvolver uma medida de proteção a essas crianças, para a garantia dos direitos<sup>16</sup> e fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários.

Destaca-se que o público-sujeito das atividades e que participou de forma ativa de sua construção foi definido como sendo um grupo de crianças de 6 a 10 anos, inscritas no Projeto Asema, da Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita, localizada no Bairro Patronato, em Santa Maria, RS. Em sua totalidade, as crianças eram oriundas de localidades em torno da instituição como Vila Natal, Noal, Patronato e Lídia.

Como estratégia metodológica principal, além da contínua revisão bibliográfica, foi utilizada a técnica do Grupo Operativo, conforme supra descrita, a qual possui, dentre suas vantagens, a promoção e um processo de aprendizagem dinâmico, reflexivo e crítico para os sujeitos envolvidos, remetendo-os a uma atitude de investigação e efetiva contribuição da realidade. Como técnica-pedagógica, foram utilizadas as Rodas de Conversa, apoiadas por filmes, desenhos, histórias e brincadeiras de forma dinâmica e contextualizada, mas ao mesmo tempo com caráter crítico. A centralidade temática foi relativa aos assuntos do cotidiano das crianças, especialmente aqueles relativos à família, violência, gênero, *bullying*, escola e suas relações além de valores como respeito e amizade. O objetivo principal das ações ficou sendo a promoção do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como a proteção e prevenção de situações de risco e alcance de direitos.

De forma resumida, foram realizadas ao longo do período de estágio:

- uma ampla e continuada análise bibliográfica com os temas abordados, tanto nos aspectos conceituais, quanto metodológicos e normativos;

---

<sup>16</sup> Sistema de Garantia de Direitos (SDG)-Conjunto de órgãos, entidades, autoridades, programas e serviços de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, que devem atuar de forma articulada e integrada, na busca de sua proteção integral, nos moldes do previsto pelo ECA e pela Constituição federal. A Constituição Federal e o ECA ao enumerar direitos, estabelecer princípios e diretrizes da política de atendimento, definir competências e atribuições instalaram um sistema de “proteção geral dos direitos” de crianças e adolescentes cujo intuito é a efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral. Esse sistema convencionou-se chamar de Sistemas de Garantia de Direitos (SDG). Nele incluem-se princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e adolescentes cujas ações são promovidas pelo Poder Público (em suas esferas-União, estados, Distrito Federal e municípios-e Poderes-Executivo, legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos Promoção, Defesa e Controle Social (BRASIL, 2009, p. 16).

- atividades de avaliação de registros, observação e aproximação ao grupo de crianças envolvido, objetivando identificar seus comportamentos, características e especificidades, tanto individuais quanto coletivas;

- visitas domiciliares na residência de cada criança participante do Asema, com o objetivo de reconhecer o território e a historicidade de cada um, tendo assim, uma visão ampla da realidade podendo relacionar com as temáticas que serão abordadas no grupo;

- reuniões com o grupo de pais e responsáveis das crianças já participantes do Projeto e profissionais ligados ao projeto, sendo estas, educadoras do grupo, assistente social, coordenadora da instituição e estagiária do serviço social.

Para uma melhor compreensão da proposta metodológica do projeto e das atividades realizadas, podemos destacar três grandes momentos de atuação, que tiveram como objetivo garantir uma continuada ressignificação entre a teoria, a prática e as suas possibilidades de inserção no cotidiano do grupo de crianças trabalhado. Para objetivar e circunstanciar a análise, utilizaremos a estratégia de destacar, em cada atividade, uma dimensão ou um conceito fundamental para a aproximação entre a política e a prática do profissional assistente social:

A - Reunião com os pais e responsáveis pelas crianças, ocorrida em abril de 2015 e teve a participação de vinte e cinco responsáveis, totalizando 75,75% dos pais e responsáveis. Verificou-se, portanto, uma significativa adesão, remetendo a uma condição específica da matricialidade sociofamiliar caracterizada pela existência de um grupo familiar mínimo. Nesse sentido, é importante lembrar que a Política Nacional da Assistência Social (2005) identifica que:

[...] são funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2005a, p.29)

B - Realização de atividades com as crianças envolvidas no projeto. Trabalhar com grupos de crianças é uma tarefa desafiadora, pois estão em uma fase onde a agitação toma conta. Eles tentam mostrar o tempo todo que não precisam obedecer, situações de violência, de falta de higiene, negligências, de uma forma fetichizada. Para isso é necessário não apenas um trabalho com as crianças, mas com as famílias das mesmas.



A primeira atividade foi realizada através de desenhos sobre a família. Primeiramente foi realizada a roda de conversa, onde cada criança pode expor sua família e o que gostaria de ter como família, além disso, foi explicado que na sociedade atual existem vários tipos de famílias e que todas são aceitas e importantes. Esse grupo tinha como objetivos o conhecimento das diversas formas de família da sociedade atual, bem como, o reconhecimento das crianças de suas famílias e aceitação. Para Miotto (1997):

A família é uma instituição Social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a sociedade na qual está inserida. Isto pressupõe compreender as diferentes formas de famílias em diferentes espaços de tempo, em diferentes lugares, além de percebê-las como diferentes dentro de um mesmo espaço social e num mesmo espaço de tempo. Esta percepção leva a pensar as famílias sempre numa perspectiva de mudança, dentro da qual se descarta a idéia dos modelos cristalizados para se refletir as possibilidades em relação ao futuro”(MIOTTO, 1997, p.128).

O segundo grupo se deu a partir da necessidade de conhecer as crianças do projeto. Num primeiro momento cada criança, bem como a estagiária, se apresentaram. Cada um dizendo seu nome, idade e o que mais gosta de fazer, fazendo, através da dinâmica, que cada criança se sentisse mais segura para falar. Após foi posto uma fita no chão e as crianças foram distribuídas próximo da fita.

A dinâmica ocorreu através de perguntas, onde quem concordava deveria pisar na fita. Com essa dinâmica deu para perceber diversas realidades existentes naquele contexto, principalmente o forte uso de substâncias lícitas como álcool e tabaco e ilícitas como vários tipos de entorpecentes no meio familiar de cada um. Foi evidente que, à medida que iam perguntando sobre o assunto, algumas crianças ficavam tímidas e outras já relatavam vários momentos em que tiveram contato e viram conhecidos usando.

Após a dinâmica em círculo foi realizada a roda de conversas e deixando a vontade para cada um perguntar o que gostaria. Grande parte das perguntas foi em relação à família, minha e da assistente social, nossos gostos e se já tínhamos sofrido acidentes.

Souza (2008) afirma que:

A dinâmica de grupo é uma ferramenta que pode ser utilizada em distintas ocasiões. Para instigar um debate sobre determinado tema com um número maior de usuários, bem como atender um maior número de pessoas que estejam vivenciando situações parecidas. E nunca é demais lembrar que é o instrumento que se adapta aos

objetivos profissionais no caso, a dinâmica de grupo deve estar em consonância com as finalidades estabelecidas pelo profissional. (SOUZA, 2005, p. 127)

Na terceira atividade foi proposto, através de gravuras, que as crianças continuassem e finalizassem uma história. Este grupo ocorreu com o objetivo trabalhar com a temática da violência presente nos diversos espaços sociais, a partir de um diálogo sobre *bullying*, um assunto que é muito comum nas escolas e contextos familiares, se configurando como violência e podendo acarretar diversos fatores de risco e situações de constrangimento e até doenças.

Segundo Neto, (2005, p. 164-165), quando abordamos a violência com crianças e adolescentes e a vinculamos aos ambientes onde ela ocorre, a escola surge como um espaço ainda pouco explorado, principalmente com relação ao comportamento agressivo existente entre os próprios estudantes. A violência nas escolas é um problema social grave e complexo e, provavelmente, o tipo mais freqüente e visível da violência juvenil. Ao dialogar com a criança é corriqueira a situação de violência na escola, principalmente aquelas que não são vistas, psicológicas e gerando bullying. Neto ainda classifica o bullying como de forma direta e indireta.

O *bullying* é classificado como direto, quando as vítimas são atacadas diretamente, ou indireto, quando estão ausentes. São considerados *bullying* direto os apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que geram mal estar aos alvos. São atos utilizados com uma freqüência quatro vezes maior entre os meninos. O *bullying* indireto compreende atitudes de indiferença, isolamento, difamação e negação aos desejos, sendo mais adotados pelas meninas. (NETO, 2005, p. 165)

Como quarta proposta, foi visto com o grupo uma proposta sobre gênero. Neste grupo foi solicitado que cada criança desenhasse em uma folha o que meninos gostavam de fazer e, em outra, o que meninas gostavam. Lembrando que é um grupo de meninos e meninas de 06 até 10 anos. Com o objetivo de conversar sobre gênero e explicando que ambos podem gostar e brincar com os mesmos objetos. Verificou-se que os mesmos objetos foram desenhados tanto por meninos quanto por meninas, porém de forma diferente. Enquanto os meninos desenhavam com bonecos “masculinos”, as meninas faziam com princesas, bonecas “femininas”, flores.

Verifica-se uma clara representação do que já está imposto na realidade deles, que meninos gostam de objetos que tenham desenhos de bola, lutas, esportes. Enquanto para as meninas necessita ser de outras cores como amarelo ou rosa e estampas diferentes. Também

foi mostrado através dos desenhos das meninas panelinhas, casinha. Atividades fixadas a maioria das vezes para pessoas do sexo feminino na nossa sociedade e já postas na realidade das crianças. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de trabalhar a questão de gênero no sentido do fortalecimento da identidade e do vínculo sociofamiliar, como ressalta Cabral (1998):

O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que o (a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo à expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar. (CABRAL, 1998, p. 142)

A igualdade de gêneros é fundamental para as sociedades democráticas e igualitárias, por isso é importante ressaltar, principalmente na infância, essa liberdade de ter características específicas sem que leve em conta o sexo.

Na quinta atividade, o objetivo foi trabalhar os valores, especialmente a amizade e a cooperação. Como técnica foi utilizada, mais uma vez, a Roda de Conversa, desta vez com a exibição de um filme, como elemento de motivação. Neste caso o filme Vida de Inseto para dialogar sobre amizade, importância do grupo organizado e trabalhando juntos, com companheirismo, entre outros ensinamentos éticos e valores importantes. No final do filme com a participação de todos, dialogou-se sobre grupos e a importância das crianças no projeto Asema.

Segundo Coelho (2012), o Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, organiza-se com o intuito de prevenir a institucionalização das crianças e adolescentes, jovens e idosos, oportunizando acesso às informações sobre direitos e participação cidadã, através de trabalhos em grupos ou coletivos trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária ( p. 28)

Para a sexta atividade, o objetivo foi trabalhar questões relativas a valores como amizade, companheirismo, aceitação e preconceito. Como elemento de motivação para a Roda de Conversa foi utilizado, mais uma vez, um filme, “O sentido da Vida”, trazendo em seu roteiro situações de violência, inserção de crianças negras na escola, amizade e

importância do grupo fortalecido.<sup>17</sup> Ficou evidente, em suas falas, que esses fatores estão muito presentes em seus cotidianos, onde relatam que por serem negros, ou vistos como, são chamados de “macaco”, “neguinho” e “fedido”. E, muitas vezes, se envolvendo com violência, onde agredem e são agredidos pelos colegas na escola.

Neto (2005) afirma que fatores econômicos, sociais e culturais, aspectos inatos de temperamento e influências familiares, de amigos, da escola e da comunidade, constituem riscos para a manifestação da violência contra a criança, especialmente no caso da violência física e simbólica causada pelos próprios pares. Este fenômeno impacta fortemente na construção dos vínculos socioafetivos e de grupo da criança, e causam impacto na saúde e desenvolvimento de crianças e adolescentes, sendo imprescindível a diminuição da exposição à violência no ambiente escolar, doméstico e comunitário, além daquela divulgada pela mídia para a superação dos fatores de risco.

A sétima atividade teve como objetivo trabalhar os direitos da criança e adolescente. Como estratégia de motivação, utilizou-se uma atividade de desenho, para colorir, da turma da Mônica<sup>18</sup>, a qual trazia direitos, como convivência familiar e comunitária, saúde, educação e alimentação. Verificou-se que é possível trabalhar temas tão complexos como a consolidação e garantia dos direitos individuais e sociais para um público tão fragilizado como o que participa do projeto. Uma das alternativas possíveis é fazer isto utilizando alguma estratégia lúdica como, no caso, a pintura e o desenho.

---

<sup>17</sup> O filme conta a história de um menino, Billy, que teve câncer e por achar que novamente esta doente, busca formas de se tornar importante e lembrado por alguma coisa. Durante essa trajetória entra em sua classe de aula um menino negro, vindo da Jamaica, que se torna o melhor amigo de Billy. Eles eram os excluídos da escola e muitas vezes sofriam bullying por outros colegas e até violência física. Tiveram a ideia de entrar para o livro de recordes com o maior numero de bonecos de neve, mas para isso necessitavam da ajuda de todos da escola e cidade. Com isso ganham o recorde e conseguem acabar com o bullying.

<sup>18</sup> A "Turma da Mônica" é atualmente a história em quadrinho brasileira mais publicada no mundo. A primeira tirinha oficial surgiu no ano de 1959, pelas mãos do criador Mauricio de Sousa. O primeiro personagem que Mauricio criou para a Turminha foi o simpático cãozinho, Bidu, e o jovem cientista, Franjinha. Atualmente a turma principal é composta por diversos personagens secundários e quatro personagens principais. Cascão, o menino que não gosta de tomar banho, Magali, a garota comilona, Cebolinha, o garotinho que troca o R pelo L e, Mônica, a dona da rua, dentuça e brava. Em suas histórias Mauricio de Souza traz de uma forma divertida e dinâmica assuntos importantes da sociedade e que devem ser trabalhados com crianças e adolescentes. Por exemplo o direito das crianças, inclusão social e trabalho infantil. (JUNIOR,2015)

C) Visitas às famílias das crianças participantes do projeto. Efetivamente, estavam previstas visitas domiciliares na residência de todas as crianças do Asema, porém, pelo grande número de tarefas da assistente social, foi realizada nos casos que estavam mais emergenciais.

Visita domiciliar<sup>19</sup>, na data de 27 de maio de 2015, à residência das crianças S e I<sup>20</sup>, as quais são participantes do Asema no turno da tarde.

Descrição da visita:

*As crianças S e I moram com o pai e, no mesmo terreno, na casa da frente, a avó E. Ao chegarmos fomos recebidos pela avó, que nos relatou que a companheira do pai das crianças havia voltado a residir com eles, o nome dela é R e ela possui um filho de três meses.*

*Anteriormente a avó teria ido à instituição pedindo essa visita domiciliar devido à companheira do pai estar morando com eles e segundo E cometendo negligências perante as crianças. A casa é de madeira e no momento o pai e a madrasta estavam dormindo, por isso, foi combinado que voltaríamos em outro momento para conversar com o casal.*

*Conversamos sobre I e S, ela relatou que havia muita roupa suja das crianças e que R não lavava, por isso a avó aos poucos estava lavando, que eles bagunçam muito e que às vezes se irrita com eles, mas que ela que cuida de seus netos maior parte do tempo. Foi possível observar que as crianças no momento da visita domiciliar não estavam frequentando o Asema pois estavam auxiliando em uma construção na casa do vizinho, como ajudantes de pedreiro, visto que são crianças, possuindo 10 e 08 anos, não podem estar realizando essas tarefas podendo acarretar em destituição do poder familiar e os meninos podem ser encaminhados para a instituição de abrigo.*

Verifica-se, nesta visita, que a realidade pela qual as crianças estão inseridas é extremamente complexa. Neste sentido, para Sarmiento (1994, p. 265) “o assistente social necessita exercer um controle sobre sua atitude de observar, para que tenha plenas condições de constatar as coisas como elas realmente são [...]” assim, é indispensável ser neutro, e apurar os elementos essenciais da observação, que são os dados da realidade. Segundo Somer, “Com uma visão crítica, observação não deve ser apenas um instrumento de sistematização da informação sobre determinada realidade, é preciso olhar a totalidade e não apenas o evidente.”.

<sup>19</sup> As informações e relatos aqui inseridos fazem parte dos Diários de Campo do trabalho, os quais, por sua vez, fazem parte do conjunto de atividades e documentos que compõem o relatório de estágio.

<sup>20</sup> As letras referem-se às iniciais dos nomes das crianças, visando preservá-las.

Devemos utilizar de uma escuta aprimorada e sensível para/ com qualquer membro da família. A avó das crianças nos relatou sobre seu cotidiano, sua visão perante a educação de seus netos, comportamentos e dificuldades e é importante que prestemos atenção em tudo o que é dito, pois é uma forma de relato de diversas demandas, mesmo que de formas indiretas.

Nesta visita foram equacionadas e encaminhadas questões de vestuário para as crianças e aconselhado os familiares que I e S não poderiam estar trabalhando como ajudantes de pedreiros, por serem crianças e terem o direito de estar estudando e frequentando projetos, como o Asema, e também oferecido amparo psicológico com a psicóloga da instituição para a avó e crianças.

Outra visita domiciliar realizada foi na família de P e D, participantes do Asema no turno da manhã, no dia 19 de junho do presente ano.

#### Descrição da visita

*Juntamente com a Assistente Social Kellen Oliveira eu, a estagiária de Serviço Social, realizamos visita domiciliar na casa dos irmãos P e D, chegando lá fomos atendidas pela mãe, dona M. Ela estava no momento ligando para uma amiga a procura de emprego. Nos convidou para entrar e perguntamos por que seus filhos não teriam ido ao Asema aquela manhã. Ela nos respondeu que não conseguiu acorda-los, que seis de seus oito filhos moram com ela e por isso nem sempre consegue acordar todos. Além do que ela precisa levar o filho mais novo, R na creche e no horário certo no turno da manhã.*

*A casa possui 4 peças, sendo que os seis irmãos dormem todos em uma. A irmã mais velha mora em uma casa no mesmo pátio, auxiliando a mãe de vez em quando. Sobre a higiene a mãe relatou que todos possuem higiene adequada, tomando banho pela manhã, antes de ir para a escola e após a escola. Mas relatou a dificuldade de educar e criar tantos filhos.*

*Enquanto estávamos conversando, P e D junto com R, o filho mais novo, brincavam no cômodo ao lado, naquele momento a mãe ainda não havia começado a fazer o almoço. Também nos informou que estava em processo de separação com o companheiro que viveu por 28 anos, influenciando o comportamento da família inteira. Diz que seus filhos estão muito tristes com o ocorrido, mas que foi necessário a separação, pois seu ex-companheiro fazia uso abusivo de álcool, por diversas voltando para casa agressivo e violento, porém nunca agrediu as crianças e dona M, segundo a mesma.*

*Enquanto estávamos na residência, M recebeu uma ligação onde teria conseguindo uma diária de faxina para realizar, com isso ficou muito feliz, pois agora a renda irá prover apenas do trabalho informal de diarista da mesma. Fomos informados que por enquanto o pai das crianças esta residindo no mesmo lote, na casa da filha mais velha, que fica atrás de Dona M.*

Verifica-se que, na maioria das vezes, a possibilidade de participação, pelas crianças, nos diversos programas sociais e socioeducacionais ofertados no âmbito das políticas públicas, é fortemente impactada pela dinâmica familiar. Nesse sentido, destacamos novamente as ideias de Couto (2012), especialmente relativas à intersectorialidade, quanto à política e suas interfaces sociais e a questão da concepção multidimensional de pobreza, que perpassa apenas as privações materiais, mas diferentes dimensões da vida do cidadão. Além disso, o autor aborda que é preciso situar os riscos e vulnerabilidades como indicadores que revelam ou ocultam o lugar social que ocupam nas relações sociais que caracterizam a sociedade capitalista contemporânea.

A respeito da complexidade da qual se constitui a vida do sujeito social em situação de vulnerabilidade e/ou risco, também salientamos o seu vínculo com as políticas mais amplas, situadas, por exemplo, no âmbito do capitalismo global. Neste sentido

As complexas e rápidas transformações políticas, econômicas e sociais, ocorridas nas últimas décadas, coincidem com mudanças significativas na dinâmica da vida familiar. Indicadores globais destas mudanças têm mostrado que a família de hoje é bem diferente de anos atrás; não segue os mesmos valores e busca outros referenciais no âmbito das relações familiares. Algumas das mudanças que vêm sendo apontadas [...] famílias chefiadas por mulheres em percentuais que aumentam de forma rápida; mais mulheres entram no mercado de trabalho, e as famílias necessitam de inúmeros arranjos para a criação de seus filhos; crescem as distâncias entre a casa e o trabalho nas grandes cidades, o que leva a que crianças permaneçam mais tempo sem a presença dos pais; a dinâmica dos papéis parentais e de gênero estão se modificando em diversas culturas (RIZZINI, 2002, p. 2).

Observou-se, nesta visita e no comportamento das crianças, que a família de P e D é bastante desorganizada, perante higiene, horários de alimentações como almoço, determinação de tempo para tarefas de limpeza da casa e brincar. Um pouco se dá pela fase de separação entre o casal, casamento de 28 anos e agora dona M, que ficou com as crianças, terá que se reorganizar e reestruturar sua rotina e renda mensal. Mas é notório inúmeros fatores de riscos e vulnerabilidades no contexto e espaço onde a família esta inserida.

Para essa família, foi encaminhado que comparecesse á instituição com o intuito de arrecadar roupas de doações para os filhos e alimentos se necessário, informamos que estamos disponíveis para qualquer demanda que possa surgir, bem como, apoio psicológico por parte da psicóloga e devidos encaminhamentos necessários.

Durante o processo de Estágio Curricular Obrigatório I e II do curso de Serviço Social- Bacharelado realizado na Instituição Beneficente Lar de Mirian e Mãe Celita no período de setembro de 2014 e julho de 2015, foi constatado, principalmente no estágio II,

uma complexa teia que articula limites, desafios, avanços e possibilidades do trabalho de estágio na instituição.

A partir das atividades realizadas, com ênfase ao projeto de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto (Asema) e as crianças que nele participam, pode-se compreender a realidade daquele local, que se situa no bairro Patronato, com grande número de localidades vulneráveis, famílias fragilizadas socialmente e economicamente, onde as crianças daquele meio convivem com situações de risco quase que cotidianamente. Segundo Pereira (2002)

As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as conseqüências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas. (Pereira, 2002, p. 02)

Em meio a isso, foram constatadas diversas dificuldades e desafios, como a participação das crianças nas atividades propostas e seu comportamento, quase sempre marcado por grande agitação e, em consequência, muito pouca concentração e produtividade no desenvolvimento das tarefas. Para tentar mudar este quadro, foi necessário inserir nas rodas de conversa dinâmicas e brincadeiras lúdicas educativas, que os incentivasse à participação. A cada intervenção foi propiciado um tipo de atividade, como filme, brincadeiras, desenhos e pinturas, porém sempre mantendo o diálogo e o assunto abordado conforme demandas e realidades expostas.

Outro fator de dificuldade ocorre pela diferença de idade entre as crianças. Enquanto algumas possuem domínio de leitura e escrita, outros apenas conseguiam interagir conforme imagens, vídeos e desenhos, através de diálogo por vezes bastante simples, nem todos participavam devido á diferença de etapas do desenvolvimento que se encontram.

Outro fator, mais específico, mas não menos importante, se deu a partir da entrada de três estagiárias do serviço social de outra instituição do município, o que acarretou em mais demandas para a assistente social, que teve que acompanhar e supervisionar muitas estudantes. Além disso, duas irão realizar projetos no Asema e por isso acompanharam, à medida do possível, a rotina das crianças participantes. Deste modo, elas ficaram mais



agitadas e desatentas, por isso e como a estagiária não tinha vínculo com as crianças, optou-se por não realizar grupos nas duas semanas em que ela estava presente.

Além disso, em o projeto de intervenção pretendia realizar visita domiciliar na residência de todas as famílias do projeto Asema, em reunião com os pais e responsáveis foi visto e acordado que isso seria feito. Conforme demanda da profissional assistente social na instituição<sup>21</sup>, seu grande número de tarefas e necessidade de que um profissional acompanhasse no momento da realização da visita domiciliar, não foi possível realizar conforme o previsto.

Outra dificuldade, classificando-se como limite de atuação, se deu a partir da ideia que seria realizado grupo de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários em ambos os turnos, porém o horário de estágio do turno da tarde foi destinado a realizar visitas domiciliares e acompanhamentos da situação de crianças já desacolhidas da instituição. Em virtude disso, não foi possível realizar e aplicar o projeto de intervenção no turno da tarde, pois necessitaria criar vínculos mais sólidos com os usuários (crianças) e no mesmo dia elas já estavam tendo outro projeto, de música, denominado “Atoque”. É importante ter claro que no grupo de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários busca-se dialogar sobre o cotidiano, encontrar formas de enfrentamentos dos fatores de riscos que as crianças presenciam e garantir seus direitos, necessitando acompanhá-los e observá-los por várias semanas antes de aplicar o projeto de intervenção. O objetivo é que, assim, o profissional possa ter um vínculo bastante estruturado e fortalecido com as crianças e elas se sentissem motivadas a participar e à vontade para expressar sua realidade.

Dentre as possibilidades de ampliação e sucesso da atuação do profissional Assistente Social, especialmente no trabalho com crianças, destaca-se a aproximação constante e contínua. Neste sentido, extrapolando em muito as horas previstas, durante o período de estágio, a estagiária acompanhava as atividades em dias que não teriam grupos administrados por ela, dialogando com as crianças e trazendo confiança. Assim, passaram progressivamente a participar do grupo de Fortalecimento de Vínculos e se sentirem mais motivados.

---

<sup>21</sup> Para Iamamoto (2003) Sobre a autonomia profissional, o desenvolvimento do pensamento social crítico e a postulação de que a profissão se insere na divisão sociotécnica permitiram o avanço no debate relacionado à condição do assistente social como trabalhador assalariado. Tal condição impõe limites à condução de seu trabalho e, conseqüentemente, à implementação do projeto profissional, confirmando sua relativa autonomia, que é condicionada pelas lutas travadas na sociedade entre os diferentes projetos societários. Ou seja, tal autonomia pode ser dilatada ou comprimida, dependendo das bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo profissional nas suas ações.

Outra possibilidade de ampliação da atuação do profissional diz respeito à aproximação entre o profissional e a realidade social da criança e do seu grupo próximo. Certamente, esse é um assunto polêmico, pois está no limite entre a assistência e o assistencialismo, crítica que continuamente vem sendo feita aos serviços sociais mais conservadores, como é o caso do “primeiro damismo”, antes relatado e destacado por Couto et al.(2012). Neste sentido, Raichelis (2010), ao discutir a questão do assistente social enquanto trabalhador, na organização do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), chama a atenção pela crítica e resistência ao produtivismo quantitativo, medido pelo número de reuniões, visitas domiciliares, dentre outros, sem a clareza necessária da direção ético-política quanto a ação realizada. Nesse sentido, como antes relatado, foram realizadas, conforme demanda mais evidentes, visita domiciliar a duas famílias, priorizando uma do Asema/turno da manhã e outra Asema/turno da tarde. Verificou-se que A visita foi de suma importância, desvelando mais concretamente a realidade dessas crianças. As duas famílias possuíam questões muito fortes de violência, vulnerabilidade social e até trabalho infantil, realizando uma intervenção mais direta e resistente.

Como avanços e possibilidades, é preciso destacar, ainda, a própria realização do estágio prático profissional. Podem ser destacados alguns fatores que tornaram o processo de estágio uma evolução gradativa e muito educativa para a estagiária e que certamente qualificarão a sua prática como profissional. Através de seu projeto de intervenção foi possível relacionar, de forma proativa, como o profissional assistente social se insere no contexto do fortalecimento de vínculos e como interage com os usuários inseridos nesse serviço que pertence à proteção social básica, mas que está sendo realizada em uma instituição de proteção especial de alta complexidade.

Ao longo desse processo, foram previstas intervenções que trouxeram conhecimento sobre amplas áreas profissionais e a importância de uma rede de serviços fortalecida, proporcionando ao usuário da política um acesso mais qualificado e menos invasivo. Buscou-se essa ligação através de intervenções realizadas pela a estagiária na instituição que necessitaram do apoio escolar, bem como, de informações de outros serviços inseridos na assistência social, como Cras e Creas.

Contudo, é importante também destacar avanços ocorridos no Asema após a inserção da estagiaria no projeto. Primeiramente pelo amplo fortalecimento de vínculos do grupo Asema e seus integrantes. Conforme foram sendo realizadas, as atividades ficaram evidentes a

evolução da proposta e seus resultados, aos poucos as crianças criaram um vínculo mais concreto e se enxergaram como sujeitos e pertencentes á um grupo. Na escola passaram a se tornarem menos violentos e segundo alguns professores, evoluíram no rendimento escolar, bem como, na interação com colegas e participação em aula, expondo as atividades que praticam no projeto.

## CONCLUSÃO

A formação profissional em Serviço Social busca contemplar uma base teórico-metodológica pautada na perspectiva crítica, e, portanto, capaz de propiciar a reflexão do modo de pensar e agir profissional, através de análise das relações sociais na sua totalidade. Este processo deve ser entendido como dialético, dinâmico e permanente, na inserção da profissão na sociedade.

Tendo como fio condutor a análise de uma experiência de estágio, o presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar uma experiência de intervenção no Apoio Socioeducativo em Meio Aberto-Asema. A experiência foi realizada durante as disciplinas de Estágio Curricular I e II do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, no período de um ano.

Conclui-se que trabalhar com grupos de crianças é uma tarefa desafiadora, onde estimula o profissional a encontrar de forma criativa e lúdica meios de estabelecer e concretizar essa relação. Através do propósito de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, fez-se necessário a utilização de todos os instrumentos da profissão e a busca de amplo referencial teórico para que a estagiária pudesse intervir na realidade exposta pelo grupo advinda das manifestações da questão social presentes em seu cotidiano.

Atividades que busquem a promoção e acesso aos direitos sociais e um acompanhamento familiar são pontos cruciais para uma atuação profissional coerente e objetiva. Ao enfrentar inúmeros desafios no seu cotidiano, o profissional assistente social necessita estar sempre inteirado de situações ocorridas na instituição e articulado com demais serviços da rede de proteção à criança e com os usuários do serviço.

É importante ressaltar que a avaliação dos resultados obtidos se deu a partir de entrevistas com profissionais inseridos na instituição, mais precisamente no projeto Asema, com familiares das crianças do Asema e com uma das escolas próximas da instituição, onde a maioria dos participantes do projeto estudam. No final do processo de estágio, a estagiária se prontificou a realizar a avaliação de seu projeto de intervenção e percebeu o prestígio de sua ação, dando como sugestão a continuidade desta intervenção com crianças em situação de risco social.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Fabricio Fontes de. **A institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira**; Revista Serviço Social e Sociedade, Londrina, v. 13, n.2, p. 19-44, jan./jun. 2011.
- ÀVILA, D. de. **Reflexões sobre o clientelismo no Brasil e o processo constituinte 1987-88**: o esforço da elite brasileira para preservação do seu modo tradicional de exercício da hegemonia. Florianópolis: UFSC, 1990.
- BOULOS, Daniel M. **Abuso de direito: avaliação do regime militar**. São Paulo: Método, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BRASIL, MPAS. **A Matriz Teórico- Metodológica do Serviço Social na Previdência Social**. Brasília: MÀPAS, 1994
- BRASIL. **Plano Estadual de Assistência Social 2000-2003**. In BRASIL. In DELGADO 2010.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.
- BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome secretaria nacional de assistência social, 2005 a.
- BRASIL. Sistema Único de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005 dou Brasília, 25/07/2005b
- BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA. Porto Alegre: CRESS, 2009a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009b
- BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**; Brasília, Junho de 2009c
- CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; fundação Odebrecht. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda., 1998. p. 142-150.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros- crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CERQUEIRA Filho Gisálio. **A “questão social” no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CFESS (org). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na previdência social.** 4ªed. – São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, MI.et al. (Orgs.). **Serviço Social e Criança e Adolescente: a produção do conhecimento na FASSO/UERN (1990/2011)** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte / Mossoró: UERN, 201

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão.** Brasília, fev.2002

COSTA, Sergio. **Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil.** Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, CEPRAP. n. 38, março 1994. Disponível em: [http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/72/20080626\\_esfera\\_publica\\_redescoberta.pdf](http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/72/20080626_esfera_publica_redescoberta.pdf). Acessado em: setembro, 2015.

COUTO, Berenice R. et al. (orgs). **A Implantação e implementação do Suas no Paraná e no Rio Grande do Sul: um movimento em processo.** O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2012. Cap. 4.4, p. 228-280.

COUTO, Berenice R; YAZBEK, Maria C; RAICHELIS, Raquel. (orgs). **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos.** O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2012.

FADUL, Fabiana Meijon; **O Trabalho Social com Famílias no Âmbito da Proteção Social Básica: diálogos e conflitos no campo discursivo da assistência social;**Centro Universitário UNA Instituto de Educação Continuada, Pesquisa e ExtensãoMestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, Belho Horizonte, 2014.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **A Política de Assistência Social no Brasil: O foco na família e a questão dos mínimos sociais.** A Política de Assistência Social no Brasil. Sociedade em Debate, Pelotas, 13(2): 153-173, jul.-dez./2007

IAMAMOTO, Marilda, V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2003.

INOSOJA, Rose Marie. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade.** Cadernos FUNDAP, n. 22, p.102-110, 2001.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios.** In Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil. Brasília. 2009, p 57-83.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos** (Porto Alegre).v. 11.n. 2.p. 301-308.ago./dez. 2012.

JUNIOR, André; **A História da Turma da Monica. Sociedade e Cultura. Web Artigos, 2011.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-historia-da-turma-da-monica/57936/#ixzz3qkHUIfRp>. Acesso em 03 de abril de 2015.

KOGA, D.; RAMOS, F e NAKANO, K. **Perspectivas territoriais e Regionais parapolíticas públicas brasileiras**. Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. In: MARX, ENGELS, COUTINHO, ET AL.. O manifesto comunista 150 anos depois. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

MIOTO, R. C.T. **Famílias e Serviço Social**. In: **Serviço Social e Sociedade**. N° 55, a XVIII. nov/1997. São Paulo: Cortez.

NETO, Aramis A Lopes. **Bullying – comportamento agressivo entre estudantes**. *Jornal de Pediatria*. Rio de Janeiro. 2005; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acessado em: junho, 2015.

OLIVEIRA, Aloídes Souza de; **Família: um desafio para os assistentes sociais**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11575](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11575)>. Acesso em setembro, 2015.

PEREIRA, POTYARA A. P. Cidadania e (in)justiça social: embates teóricos e possibilidades políticas atuais in LÚCIA M. B. Freire, Silene de Moraes Freire, Alba Tereza barroso de Castro (orgs.). **Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. 3ª ed. São Paulo (SP): Martins Fontes; 1982. apud DIAS, R.B; CASTRO, F.M. **Grupos Operativos**. Grupo de Estudos em Saúde da Família. AMMFC: Belo Horizonte, 2006. Disponível em <<http://www.smmfc.org.br/gesf/goperativo.htm>>. Acessado em 03- dezembro-2014.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a questão social na grande cidade**. Lua Nova, São Paulo, n 69, 2006.

RAICHELIS, Raquel. **Suas: configurando os eixos de mudança**. Capacita Suas, Brasília, MDS-IEE/ PUC-SP, 2008

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RIZZINI, Irene; **Crianças, adolescentes e famílias: tendências e preocupações globais**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. *Interação em Psicologia*, 2002, p. 45-47

SANTANA, Carolina Benicio; ROMERA, Valderês Maria; **Acolhimento institucional: uma questão de enfrentamento para o serviço social**. Uniletoledo, 2010.

SARMENTO. Hélder Boska de Moraes. **Instrumentais e técnicas em serviço social: elementos para uma rediscussão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Programa de estudos Pós- graduados em Serviço Social, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, mimeo, 1994.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOMER, Diana Galone; MOURA, Reidy Rolim de; **Visita domiciliar, instrumento que potencializa a atuação do Assistente Social**. *Revista Âmbito Jurídico*. Disponível em:

[http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14704](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14704).  
Acessado em: maio, 2015.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 8, n. 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

SPOSATI, Aldaiza, 1994. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses**, 8ª edição, Santa Maria, 2012.72p

YAZBEK, Maria Carmelita. **Sistema de Proteção Social Brasileiro: Modelo, Dilemas e Desafios**. Seminário Internacional do BPC, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacional-bpc/sobre-oevento/apresentacoes/arquivos/maria%20carmelita%20yazbek%20-%20protecao%20social.pdf/download>. Acessado em: setembro, 2015.

ZIMERMAN, David. E; OSORIO, Luiz Carlos, et.al. **"Como trabalhamos com grupos"** Porto Alegre, 1997.